

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DCA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL**

Ariane Fernanda dos Reis Moreira

**CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NA PRÁTICA DA GESTÃO: ESTUDO DE CASO DA
OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL.**

Porto Alegre, 2019

Ariane Fernanda dos Reis Moreira

**CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NA PRÁTICA DA GESTÃO: ESTUDO DE CASO DA
OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração Pública e Social apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Social.

Orientador: Prof. Dr. Aragon Érico Dasso Júnior.

Porto Alegre, 2019

Ariane Fernanda dos Reis Moreira

**CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NA PRÁTICA DA GESTÃO: ESTUDO DE CASO DA
OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Administração Pública e Social
apresentado a Escola de Administração
/UFRGS como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Administração Pública
e Social.

Conceito Final _____

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador – Prof. Dr. Aragon Érico Dasso Junior

Examinadora – Luciana Pazini Papi

Examinadora – Thaís Recoba Capadonimo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas as mulheres negras que vieram antes de mim, abrindo o caminho, cavando espaços para que eu pudesse estar cumprindo essa etapa importante da minha vida. São inúmeras as pessoas que passaram pelo caminho durante a vida e sou incapaz de enumerar e citar todas nestas páginas, mas tenho consciência que sem cada uma delas isso teria sido impossível.

Destaco meus agradecimentos à minha mãe que sempre batalhou muito para garantir que eu tivesse uma educação de qualidade e não tivesse que “limpar sujeira dos outros” como ela gostava de me dizer a fim de incentivar-me.

Agradeço ao meu companheiro, amigo e confidente Emiliano Teixeira, por nunca permitir que eu desistisse do meu sonho mesmo que ele mesmo tivesse que fazer alguns dos meus trabalhos quando a depressão tomou conta da minha vida. Por sempre me incentivar e acreditar mais em mim do que eu mesma.

Minha família toda merece meus eternos agradecimentos por me lembrarem sempre que a minha formatura não era individual e que representaria gerações inteiras que nunca tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior.

Agradeço por ter ao meu lado minhas irmãs Yasmin e Maitê, que tiveram muita empatia comigo e aguentaram minhas reflexões sobre o mundo, economia, racismo, machismo e tudo que fosse relacionado à justiça social.

Agradeço ao meu tio e Pai de Santo Daniel Gomes que sempre esteve disponível aos meus chamados e pedidos de socorro, pedindo misericórdia ao Orixás e garantindo que nunca me faltasse Axé durante essa caminhada.

Agradeço também a minha "nova" família (sogros, cunhadas e vó Leda), que me acolheram como filha e sempre incentivaram a ser o melhor que eu pudesse, com pensamento positivo e determinação.

Agradeço ao meu Partido que me ensinou que o conhecimento e a militância são resultados coletivos, garantindo que eu seja indestrutível por não terminar em mim mesma. Além de me mostrar que é possível lutar contra esse mundo cruel de exploração do homem pelo homem, mantendo minha esperança.

Agradeço ao meu orientador Aragon Júnior e ao grupo de pesquisa (GEDAP), em especial minha amiga Iris Guedes e ao Frederico Oderich, que me ensinaram a escrever, virar a noite lendo referencial teórico e gostar disso, me tornando assim uma

pesquisadora cada dia melhor.

Agradeço às amigas que ouviram milhões de vezes a frase “método organizacional” e mesmo odiando administração estavam ao meu lado; por me ensinarem o “caminho das pedras” na Universidade para as melhores festas; e por colocarem juízo na minha cabeça sempre que eu acreditava que não valeria à pena. Dentre todas elas destaco, Camila Borges, Thaina Silva e Victória Chaves.

Agradeço aos meus amigos Zé Roberto Júnior e Luciano Schaefer, pois sem conhecê-los teria passado todos os anos universitários sem dançar na rua, sem ocupar Reitoria e sem conhecer a “verdade absoluta”, se é que ela existe... (piada interna)

As minhas professoras e meus professores que foram a referência de tudo que eu trabalho para ser e alcançar: um instrumento de emancipação do pensamento e alguém capaz de saber a diferença entre doutrinação e ensino. Destaco aqui os nomes de Pedro de Almeida, Ana Mercedes Icaza, Fábio Meira, Paulo Abdala e Luciana Papi.

Agradeço às vítimas acolhidas pela Ocupação Mulheres Mirabal por se disponibilizarem a cooperar com meu trabalho de conclusão, por confiarem em compartilhar suas experiências, mesmo que a dor e a violência tenham as deixado desconfiadas do mundo.

Finalmente, agradeço ao Movimento de Mulheres Olga Benário por não desistirem de buscar alternativas ao que parece impossível e me ensinarem a lutar pelo “Justo, pelo Bom e pelo Melhor do Mundo”, e sempre priorizarem a vida das mulheres.

Poderia fazer com que todas as páginas desta monografia fossem de agradecimentos, pois sou alguém de muita sorte e tenho muitas pessoas e fatos para ser grata. Entretanto, isso não seria bem visto pela minha banca(risos).

*Ninguém te avisou
que as mulheres cujos pés
foram impedidos de correr
dariam à luz
filhas com asas.*

Umebinyuo (2015, tradução nossa)

RESUMO

O presente estudo trata do conceito de democracia, a luz de suas tipologias: hegemônica e contra-hegemônica e como isso aparece no estudo de caso da Ocupação Mulheres Mirabal. Partindo do pressuposto que a principal diferença entre os modelos democráticos é a participação da maioria, e quem são os participantes, esta monografia examinará o funcionamento da Casa Mirabal. Segundo Juan Bordenave (1983), o processo participativo é capaz de expandir a consciência dos participantes, aumentando seu poder, neste sentido busca-se na instituição escolhida as características da tomada de decisão. O trabalho se justifica na medida em que a situação de violência contra a mulher agrava-se e se torna um problema de saúde pública, prova disso são os dados que confirmam que a cada cinco minutos uma mulher é estuprada no Brasil e a cada onze minutos uma mulher é agredida. Além disso, é comum o retorno das vítimas ao ciclo de violência pois pouco se conscientiza sobre o sexismo existente nas relações humanas. Questiona-se aqui em que medida a perspectiva contra-hegemônica prevalece, ou não, na gestão da Ocupação Mulheres Mirabal. Para tanto, os objetivos específicos são: caracterizar os modelos de democracia hegemônica e contra-hegemônica; descrever como se estrutura a violência de gênero; e analisar e identificar a existência de práticas participativas na instituição Mirabal. Considerando os objetivos propostos, foi utilizado neste trabalho o método hipotético-dedutivo; a pesquisa é exploratória com uma abordagem qualitativa; as ferramentas utilizadas foram entrevistas e análise de conteúdo; e, por fim, para a base teórica foi feita uma análise bibliográfica. As conclusões demonstram que, no caso da Ocupação Mulheres Mirabal, há uma maior aproximação com o modelo contra hegemônico do que com o Hegemônico, nos fazendo inferir que existe uma tentativa de superar os modelos usuais de acolhimento. Além desse esforço, as mulheres envolvidas com este projeto, ideologicamente se posicionam contrárias ao modelo social/econômico atual e utilizam da Ocupação para tentar superar esse sistema.

Palavras-chave: Democracia; Casa de Apoio Mulheres Mirabal; Violência; Participação;

SUMMARY

The present study deals with the concept of democracy, the light of its typologies: hegemonic and counter-hegemonic and its application in the Mirabal Women Occupation. If the main difference between democratic models is participation, and who are the participants, this monograph will examine the functioning of the Casa Mirabal. According to Juan Bordenave (1983), the participatory process is able to expand the awareness of the participants, increasing their power, in this sense, the chosen institution is looking for the characteristics of decision-making. The work is justified to the extent that the situation of violence against women is aggravated and becomes a public health problem, proof of this is the data that confirm that every five minutes a woman is raped in Brazil and every eleven minutes a woman is assaulted. In addition, it is common for victims to return to the cycle of violence because little is known about the sexism in human relations. It is questioned here to what extent the counter-hegemonic perspective prevails in the management of the Mirabal Women Occupation. For this, the specific objectives are: to characterize the models of hegemonic and counter-hegemonic democracy; describe how gender violence is structured; and to analyze and identify the existence of participatory practices in the Mirabal institution. Considering the proposed objectives, the hypothetical-deductive method was used in this work; the research is exploratory with a qualitative approach; the tools used were interviews and speech analysis; and, finally, to the theoretical basis was made a bibliographical analysis. The conclusions show that, in the case of the Mirabal Women Occupation, there is a greater approximation with the counter-hegemonic model than with the Hegemonic model. Besides this effort, the women involved in this project ideologically oppose the current social / economic model and use the Occupation to try to overcome this system.

Keywords: Democracy; Mirabal Women's Support House; Violence; Participation;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DEMOCRACIA: CONCEPÇÕES EM DISPUTA13
2.1	Democracia hegemônica	14
2.2	Democracia contra-hegemônica	17
2.3	Ponto de Divergência: Participação	19
2.4	Conclusão do capítulo	21
3	IGUALDADE DE GÊNERO	22
3.1	Não se nasce mulher, torna-se!	22
3.2	Violência contra a Mulher	26
3.3	Conclusão do capítulo	34
4	A OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL	35
4.1	O Movimento de Mulheres Olga Benário	35
4.2	Olga Benário no Rio Grande do Sul	37
4.3	Histórico da Ocupação Mulheres Mirabal	38
4.4	Estrutura Física da Ocupação Mulheres Mirabal	40
4.5	Método de gestão utilizado pelo movimento	41
4.6	Conclusão do capítulo	43
5	AS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS DA CASA44
5.1	Abordagem Metodológica	44
5.2	Análise dos Dados	46
5.2.1	Tomada de Decisão	47
5.2.2	Divisão de Tarefas (internas e externas)	50
5.2.3	Financiamento	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	59
	ANEXO 1	62

1 INTRODUÇÃO

Ninguém é capaz de discordar que o assunto mais comentado nos últimos tempos no Brasil e no mundo é a democracia. Basta observar os acontecimentos políticos que ocorreram nos últimos anos para entender que há um apelo maior por participação social¹, mesmo que, após um tempo, a “participação” por meios institucionais tenha diminuído². Em 2016, durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff³ os movimentos sociais e os cidadãos brasileiros – minimamente organizados – saíram as ruas pedindo eleições gerais; ou continuação do mandato; e até mesmo questionando a existência de democracia.

O mesmo ocorreu em 2013, com reivindicações em diversas capitais contra os aumentos de valor do transporte público nas capitais, que tomou proporções maiores que o esperado, inclusive contrariando decisões da própria presidente defendida no ano de 2016. A relação existente entre esses acontecimentos e a democracia brasileira não é nítida para muitos. Mas observando o conceito da mesma e suas concepções é possível perceber que existe uma insatisfação por parte dos cidadãos com seus representantes e as decisões tomadas por eles. Tal foi a efervescência política acumulada que resultou em documentários, artigos, livros, entre outros que questionaram principalmente a existência e o conceito de democracia⁴.

A origem do termo, parte da organização social grega que tinha como pressuposto um ideário participativo de sua população (com exceções), realizavam assembleias, e sorteios para cargos públicos a fim de garantir a igualdade. A própria etimologia da palavra significa “poder do povo” o que pressupõe que as deliberações e a igualdade de escolha deveriam andar juntas. Segundo Avritzer (2000) alguns “autores utilizam o termo tendo em vista o momento no qual o processo de tomada de

¹ Entende-se para fins dessa monografia que o uso dos termos “*participação popular, participação cidadã e participação social*” são sinônimos; [grifo da autora]

² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-0.ghtml>. Acesso em: 17/6/2019.

³ Dilma Vana Rousseff é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores e 36ª presidente do Brasil, sendo a primeira mulher a exercer o cargo e tendo exercido o mesmo de 2011 até seu afastamento por um processo questionável de impeachment em 2016. [grifo da autora]

⁴ Vide: Democracia em Vertigem, o Processo, Jornadas de Junho – 5 anos depois, Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo; entre outros. [grifo da autora]

decisão ocorre (ROUSSEAU, 1968; SCHUMPETER, 1942; RAWLS, 1971).” Entretanto ao longo do tempo várias perspectivas foram geradas em relação a conceituação, criando uma disputa ideológica em torno da palavra e de sua prática.

Sendo assim há uma versão que não reconhece como importante a participação política do “cidadão comum” e defende abertamente processos representativos, com representantes da elite, além de reduzir a participação ao momento do voto. Essa concepção é conhecida como hegemônica, Liberal ou Representativa e tem como principais teóricos Joseph Schumpeter, Robert Dahl, entre outros. Em contrapartida, outras formas de organização surgem na teoria democrática, uma delas é a concepção contra-hegemônica ou participativa, que como se pode depreender acredita em uma forma de participação mais direta, com conscientização dos cidadãos e igualdade de fato. Essa teoria tem como principais autores, utilizados nesse estudo, Ellen Wood, Carole Pateman, Leonardo Avritzer, entre outros.

Fato notável na teoria contra-hegemônica é a centralidade da participação popular, quebrando o ideário de que somente a elite tem condições de decidir por todos. Neste sentido, Juan Bordenave (1983, p.76-77) destaca que “a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”, além de ser “uma necessidade humana e por conseguinte, constitui um direito das pessoas.” As pessoas consideradas nesta passagem, são todas, sem exceções de etnia, gênero ou orientação sexual, respeitando as individualidades e buscando o bem comum.

As ações dos movimentos sociais que reivindicam direitos, normalmente representam parcelas da população excluídas do processo decisório e por consequência pouco beneficiadas dos recursos públicos. A participação feminina em processos de decisão, por exemplo, são questionáveis desde as primeiras manifestações da Democracia. Mesmo o modelo clássico citado por diversos autores - Democracia Grega -, não aceitava a participação de escravizados e nem de mulheres. Sendo assim não é incomum ver manifestações de mulheres querendo políticas públicas de gênero, visto que a maioria dos representantes brasileiros são do sexo masculino, brancos, ricos e heterossexuais; que não tem como prioridade o respeito da autonomia feminina.

Apesar disso, o Brasil tem passado por transformações positivas em sua legislação acerca do tratamento dado às mulheres em situação de violência, um

exemplo desta afirmação foi a promulgação da Lei Maria da Penha⁵(Lei nº 11.340), em 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal”. Essa Lei foi impulsionada por movimentos feministas que reivindicavam a ação do Estado frente aos casos não resolvidos, tendo como marca o exemplo de Maria da Penha, e também pela Organização das Nações Unidas (ONU), no século XX, fazendo o país ratificar tratados internacionais que foram imprescindíveis para o reconhecimento dos direitos das mulheres, como o caso da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁶. Desta forma o problema da violência contra mulher passa a ser tratado como um problema público e não mais de âmbito privado, sendo necessário a implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento da Lei nº 11.340, de 2006.

Neste contexto surgem espaços de vivência como a Ocupação Mulheres Mirabal, criada e gerida por mulheres do Movimento de Mulheres Olga Benário. Estas ocuparam um prédio privado, abandonado a mais de cinco anos para receber vítimas de violência doméstica. Várias dessas vítimas não tinham uma alternativa, uma vez que a casa – abrigo disponibilizada pela Prefeitura da cidade de Porto Alegre comumente tem suas vagas limitadas e ocupadas. Cabe ressaltar que outro prédio foi ocupado, pelo mesmo movimento de mulheres, com o mesmo propósito, na cidade de Belo Horizonte/MG antes da Ocupação Mirabal servindo de exemplo para as mulheres do RS. Chama atenção a forma como a casa trata as mulheres acolhidas e como desenvolve seu trabalho independente do Estado, com espaços participativos de deliberação, entre outras peculiaridades.

Este trabalho busca fazer uma abordagem reflexiva da democracia hegemônica e contra-hegemônica, ou seja, meramente representativa ou participativa; para assim compreender a relação entre poder e gênero, bem como pensar

⁵ Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza-CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966. Seu caso é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil. A sua trajetória em busca de justiça durante 19 anos e 6 meses faz dela um símbolo de luta por uma vida livre de violência. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-dapenha.html>. Acesso em 29/5/2019.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em 10/5/2019.

possibilidades de articulação mais participativa a luz da problematização do conceito. Assim, partindo do pressuposto que a principal diferença entre os modelos democráticos é a Participação, e quem são os participantes, esta monografia examinará o funcionamento da Casa Mirabal. O trabalho se justifica na medida em que a situação de violência contra a mulher agrava-se e se torna um problema de saúde pública, prova disso são os dados que confirmam que “cada cinco minutos, uma mulher é agredida no país. Em quase 70% dos casos, quem espanca ou mata a mulher é o namorado, marido ou ex-marido”⁷. Além disso, comumente as vítimas retornam ao ciclo de violência, muito devido à falta de conscientização sobre o sexismo existente nas relações humanas. Acredita-se que métodos mais participativos de gestão podem expandir a consciência dessas mulheres, e por isso essa pesquisa busca compreender qual das concepções democráticas se aproxima do método da Mirabal.

A fim de alcançar o resultado proposto acima foram determinados os seguintes objetivos específicos: caracterizar os modelos de democracia hegemônica e contra-hegemônica; descrever como se estrutura a violência de gênero; e analisar e identificar a existência de práticas participativas na instituição Mirabal. Esta é uma pesquisa exploratória que utiliza o método hipotético-dedutivo, a abordagem será qualitativa visto que os dados levantados não são quantificáveis. Foram realizadas 22 entrevistas com mulheres acolhidas, apoiadoras e coordenadoras, na análise de discurso buscou-se informações sobre a tomada de decisão, realização das tarefas e financiamento da casa abrigo. As conclusões devem demonstrar que, no caso da Ocupação Mulheres Mirabal, há uma aproximação com o modelo contra hegemônico nos fazendo inferir que existe uma tentativa de superar os modelos usuais de acolhimento. Entretanto, percebe-se que apesar do esforço em superar modelo social/econômico atual, e criar formas contra-hegemônicas de gestão.

A organização desta monografia está disposta da seguinte maneira: o segundo capítulo trata sobre a Democracia, suas concepções hegemônica e contra-hegemônica, bem como o ponto específico de diferença entre essas abordagens, a participação. O terceiro aborda a questão feminina, a violência contra a mulher, bem com sua participação em espaços decisórios. O capítulo quatro versa especificamente

⁷ Em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/06052012-uma-mulher-e-agredida-a-cada-5-minutos-no-brasil/>. Acesso em 2/7/2019.

sobre o Movimento de Mulheres Olga Benário e a Ocupação Mulheres Mirabal, bem como a metodologia utilizada. No quinto capítulo, é feita a análise dos dados coletados seguido das considerações finais com apresentação dos resultados.

2 DEMOCRACIA: CONCEPÇÕES EM DISPUTA.

A pretensão de conceituar democracia têm sido a motivação de diversos estudiosos, principalmente no contexto político brasileiro em que é perceptível uma forte crise de representatividade, de acordo com o senso comum. Os teóricos atuais da temática democrática espelham-se em perspectivas diversificadas. Neste sentido, não bastará conceituar democracia, será preciso apresentar a disputa ideológica do termo, bem como, suas principais argumentações.

De acordo com Faganello (2015, p. 28) o conceito "tem sua origem no termo grego - *demokratía*. Etimologicamente, *demos* significa povo e *krátos* significa poder, portanto poder do povo"⁸. Mas quem seria esse povo? Quem de fato detém o poder? Essa é a pergunta que permeia o conceito em disputa. O pensamento geral é de que em uma democracia todos os envolvidos dispõem da condição de tomar decisões, normalmente através do voto; ou da escolha de representantes; ou dos dois; assim, dependendo da forma a caracterização aparece.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e modelos econômicos diferentes as formas "democráticas" de organização foram alterando-se, dividindo opiniões entre aqueles que buscam conceituá-los. Claramente, os sentidos e intenções de cada teórico são diferentes e divergentes em certa medida. "As referências, que são comuns, mas abrigam significados muito distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos." (DAGNINO, 2004, p. 142 apud MOREIRA; FAGANELLO, 2015). Então nem todas as "democracias" são iguais, daí a disputa conceitual baseada principalmente na participação e na divisão de classes, ou equilíbrio de poder entre estas. Desta maneira as diferenças aparecem desde a origem como proposto por Wood,

Na outra história, que se origina não na democracia ateniense, mas no feudalismo europeu e que culmina no capitalismo liberal, os grandes marcos, tais como a Magna Carta e 1688, marcam a ascensão das classes proprietárias. Neste caso, não se trata de camponeses que se libertam da dominação política de seus senhores, mas da afirmação pelos próprios

⁸ O sistema não era universal visto que escravos, mulheres e filhos de pai ateniense e de mãe - filha de pai estrangeiro - não eram considerados cidadãos atenienses." (FAGANELLO, 2015, p.28)

senhores de sua independência em relação às reivindicações da monarquia. É esta a origem dos princípios constitucionais modernos, das ideias de governo limitado, da separação de poderes etc., princípios que deslocaram as implicações do "*governo pelo demos*" - como o equilíbrio de poder entre ricos e pobres - como o **critério central da democracia**. Se o cidadão-camponês é a figura mais representativa do primeiro drama histórico, a do segundo é o barão feudal e o aristocrata Whigl (WOOD, 2003, p.187)

A partir disso, pode-se inferir que muitas foram as concepções do significado da prática da democracia resultando em duas principais perspectivas: uma dá prioridade ao conteúdo da democracia, conhecida como contra-hegemônica e/ou participativa; enquanto a outra preocupa-se com aspectos formais do conceito conhecida como liberal, burguesa e/ou hegemônica. Joseph Schumpeter (1961, p. 296) vai mais longe no conceito, e explica a democracia como um "método político" para chegar a uma decisão (legislativa ou administrativa) e incapaz de ser um fim em si mesmo. Nesta visão, a democracia funciona como uma maneira de defender e manter interesses.

2.1 Democracia hegemônica

Essa concepção conceitual é comumente defendida, pois pressupõe que o direito formal de escolha de representantes é algo suficiente para que haja democracia. Um dos principais teóricos dessa corrente é Joseph Schumpeter com seu prestigiado livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1961, p. 269) o qual argumenta que a ideia de competição por meio do voto é válida, pressupondo que todos são livres para competir pela liderança em eleições, mesmo admitindo que uma elite deveria ser a representante do todo. Pateman (1992, p. 14) ao interpretar as ideias deste teórico, conclui que Schumpeter defende o modelo representativo, o qual os únicos meios de participação são a escolha do representante, desconsiderando o papel da participação nas tomadas de decisão como central. Isso porque, nas concepções do autor, o eleitorado não possui capacidade de escolha e é "incapaz de outra coisa que não seja um estouro da boiada" (SCHUMPETER, 1943, p. 283). Outro ponto relevante é que este autor não defende o sufrágio universal, concordando que qualificações de raça, gênero, propriedade e etc., eram ideais para o modelo proposto de democracia.

Carole Pateman ao analisar Berelson diz que este também é defensor do ponto de vista da participação limitada, que o argumento deste autor é de que a apatia e o

desinteresse da maioria são fatores positivos, pois ameniza os conflitos, discordâncias e mudanças no geral. Ou seja, para este teórico essa mínima "participação que ocorre de fato é exatamente a participação necessária para um sistema de democracia estável."(1992, p.15).

O cientista político Robert Dahl acrescenta em sua análise uma importante contribuição na construção do conceito, é a ideia de "poliarquia" a qual a pressupõe a existência de diversos grupos minoritários, inseridos em diferentes "sistemas de controle social". Ele ainda destaca a existência de uma condição que permita um consenso referente às normas, seria um tipo de treinamento social, feito através das famílias, escolas, igrejas, etc.; que seja capaz de desenvolver determinadas atitudes individuais a fim de apoiar as normas democráticas, e sua eficácia depende das "mais profundas predisposições do indivíduo" (2005 [1956], p.82).

Apesar disso, Dahl alerta para o perigo do aumento da participação do "homem comum", utilizando de argumentos como:

Os grupos de condição socioeconômica baixa apresentam um menor índice de atividade política e também revelam com maior frequência as personalidades 'autoritárias'. Assim sendo, na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar, declinando, por conseguinte a '*poliarquia*'. Um aumento na taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático. (DAHL, 1956. cap.3, ap. E)

Sartori (1962, p.54) vai mais além e faz sua crítica ao modelo "clássico"⁹ argumentando que é impossível alcançar o "ideal" da democracia, sendo esta uma meta inalcançável e causando desilusão nos indivíduos. Este autor ainda sustenta que é preciso haver uma "educação" dos indivíduos em relação aos sistemas democráticos, reclamando que buscar respostas para a falta de interesse em participar é um "esforço equivocado" visto que:

⁹ De acordo com Schumpeter (1961 [1942], p. 305), o método democrático da doutrina clássica consistia em um "arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade" (apud MEDEIROS, 2015, p.269)

As pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política. É preciso aceitar os fatos como eles são, porque tentar mudá-los poria em perigo a manutenção do método democrático. (SARTORI, 1962 apud PATEMAN, 1992, p. 21)

Neste sentido, observa-se a ideia criticada por Ellen Wood (2003, p. 187) de que "a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania - e é isso o democrático na democracia capitalista." Ao vincular classe e democracia em sua análise a autora acrescenta que "o capitalismo tornou possível conceber uma "democracia formal", uma forma de desigualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a "elite" e a "multidão trabalhadora". (WOOD. 2003, p.187).

No que tange o sentido de hegemonia no contexto da democracia, Marilena Chauí (1997, p. 185) comenta que esta é "[...] a possibilidade de transfigurar as bases materiais da dominação em marcos de pensamento e de ação inquestionáveis, mesmo e sobretudo quando se alteram as condições reais do pensamento e da ação."

A democracia liberal não é, pois, a democracia, nem a não-democracia, mas o trabalho histórico de uma sociedade de classes na qual a separação entre relações de produção e relações políticas permite uma formação social, que Aristóteles tranquilamente classificaria como oligarquia-plutocrática, apresenta-se perante si como politicamente democrática. (CHAUÍ, 1997 p.205)

Bittencourt (2016, p.19) ao interpretar a obra de Jacques Rancière (2014), referente a democracia diz que "o autor defende que a representação não é a forma modernizada de amenizar os impactos das atuais sociedades mais populosas, mas sim a forma das oligarquias perpetuar seu domínio." Diante das propostas hegemônicas é possível destacar que os principais argumentos giram em torno da participação, não enquanto essência, mas sobre quem participa e como participa. Muitas críticas foram feitas à esta abordagem e em contrapartida outras opções foram formuladas. Gabriel Vitullo por exemplo, crítica este modelo tradicional de democracia, dizendo que,

Os valores medulares dessa concepção “democrática” são os mesmos que deram forma ao constitucionalismo moderno: governo limitado, divisão e equilíbrio de poderes, representação política e liberdades civis. Tais princípios objetivavam e objetivam garantir a mais ampla liberdade para as classes capitalistas e a subordinação política das classes produtoras. Isso leva a que, de modo paralelo ao paulatino processo de extensão ou universalização dos direitos de cidadania, tais direitos tornem-se cada vez mais limitados, mais restringidos, dando lugar a um corpo de cidadãos ampliado, porém passivo e sem poder. (VITULLO, 2007, p. 50-51)

Isso porque mesmo que alguns direitos sejam garantidos, ou políticas públicas sejam construídas para melhoria de vida dos cidadãos, ainda assim estes não têm poder decisório. E como justificativa alguns autores dessa concepção afirmam que “o cidadão comum —nunca se interessa nem toma parte ativa no discurso político. Sua informação é mínima e sua percepção dos problemas é distorcida e apriorística,” (SARTORI, 1965 p.99). Além disso, segundo Boaventura (2002, p.52), Bobbio (1986) descreve que “ao fazer a opção pela sociedade de consumo e Estado de bem-estar social, o cidadão sabe que está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas em favor da burocracia pública e privada”. Através deste pensamento se construíram boa parte das instituições públicas, algo que criou, e cria, uma cultura não participativa e denominada erroneamente de Democracia.

2.2 Democracia contra-hegemônica

Essa proposta de teoria democrática tem como premissa a participação direta de todos os indivíduos ou como destaca Boron (1994, p. 66), a democracia “é tanto um método de governo como uma condição da sociedade civil, caracterizada pelo predomínio da igualdade [...]”. Diante deste exposto, já é possível perceber as diferenças de uma perspectiva para a outra. Pateman (1992) também é uma das autoras que se empenha em demonstrar a distância que existe entre esta e a teoria Liberal (hegemônica), dizendo que a democracia não deve se limitar a escolha de representantes e sim fazer um esforço para a ampliação da participação, incluindo esta como meio central da teoria democrática contra - hegemônica. Ainda neste contexto, Vitullo intitula os teóricos contra hegemônicos como participacionistas argumentando que os hegemônicos:

Procuravam construir um modelo de democracia que, resgatando a participação como um valor fundamental, pudesse se opor ao modelo centrado da teoria das elites, já então predominante. Em suma, para os teóricos que defendem esta corrente, sem participação não seria possível pensar em uma sociedade mais humana e equitativa (VITULLO, 1999, p. 9).

Nesse sentido, enquanto os hegemônicos defendem a democracia como um elemento formal, essa corrente defende que ela deve servir de ferramenta para aumentar a participação popular. Esse método democrático dá aos cidadãos a chance de decidir o que considera melhor para si e para sociedade, não sendo somente uma forma burocratizada e obrigatória de escolha de representantes. Por tanto,

Nos referimos a uma democracia muito menos institucionalista e “governocêntrica” e muita mais ancorada no que acontece nas bases sociais, prestando especial atenção às aspirações, às ambições, às opiniões, aos movimentos e às atitudes dos setores populares e à relação que estes estabelecem com as instituições de representação e com o universo da política num sentido mais amplo, mais rico, mais abrangente” (VITULLO, 2007, p. 53).

Desta forma, percebe-se que a democracia contra-hegemônica se centra na participação, enquanto a hegemônica limita as escolhas, principalmente, daqueles que são caracterizados por Sherry Arnstein (1969, p.1) como os “sem-nada” (negros, imigrantes mexicanos, porto-riquenhos, índios, esquimós e brancos pobres.) Com a limitação da participação pressupõe-se que o “treino social”, ou sua função “educativa”, sugerida por Pateman (1970, p.43), seja deixada de lado; e conseqüentemente diminuindo o “desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, [...]”.

Por fim, na interpretação de Guedes, Moreira e Muniz (2015)¹⁰, Sherry

¹⁰ Artigo escrito pela própria autora em coautoria para o Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología: ALAS em 2015; Pelo Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública da UFRGS

Arnstein sugere que a resposta para a problemática da democracia envolve principalmente promover a afirmação no âmbito participativo da classe que a autora chamou de o “grupo dos sem-nada”, entendendo a participação desses grupos como um meio para a redistribuição do poder. Desta maneira,

Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão [...] resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente (ARNSTEIN, 1969, p.1).

Diante dessa abordagem Guedes, Moreira, Muniz (2015, p.5) afirmam que “a linha que separa o modelo hegemônico do contra-hegemônico está na liberdade e qualidade da participação, nos fazendo inferir que não basta existir o mecanismo, é preciso, portanto, que o indivíduo tenha consciência da sua cidadania.” Conforme os modelos expostos é possível constatar que a escolha de determinada proposta democrática também define a existência ou não da participação, mesmo que o entendimento geral seja que ela tenha variadas formas, níveis e definições. Evidentemente instituições que adotam o modelo contra-hegemônico de participação popular apresentam um alto índice de mecanismos participativos, e é exatamente isso que se pretende demonstrar neste estudo. O oposto ocorre no modelo de democracia hegemônico, o qual os cidadãos não assumem o seu papel na tomada de decisões e restringem-se somente a escolher seus representantes através do sufrágio.

2.3 Ponto de divergência: a Participação

Visto que a participação popular é o principal meio de divergência entre as correntes apresentadas de democracia torna-se imprescindível, conceituarmos a mesma, particularmente pelo fato da constante vulgarização do termo. Neste sentido, Evelina Dagnino alerta para crise discursiva que existe diante dessa definição, argumentando que, no caso brasileiro, com a Reforma Gerencial “o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão.” (DAGNINO, 2004, p.103).

Assim, a participação passou as ter ênfase na responsabilidade social e no voluntariado perdendo seu caráter politizado como argumentado anteriormente. Outro autor que bebe dos pressupostos contra-hegemônicos para conceituar participação é Juan Bordenave, que apresenta a participação popular e a descentralização das decisões como caminho mais adequado para enfrentamento dos problemas mais complexos de países em desenvolvimento. No livro “O que é participação?” (1989) da edição primeiros passos o autor diz que a palavra tem origem no substantivo “parte”, ou seja, sentir-se pertencente algo, o que fundamenta a ideia de que “a participação é inerente à natureza social do homem” (p. 17- 22).

Portanto o método hegemônico na visão desse teórico “gera uma frustração da necessidade de participar, uma mutilação do homem social” (BORDENAVE, 1989, 17). Além disso, o autor alerta para diferença entre participação e associação, visto que em sua análise defende-se o uso não superficial do conceito e sim no sentido de que cada cidadão tenha “parte na produção, gestão e no usufruto dos bens da sociedade historicamente determinada” (p. 25). Por fim, como já foi exposto, Sherry Arnstein (1969, p.2) em sua definição de participação afirma que a mesma funciona como uma forma de “poder cidadão”, funcionando para que haja “redistribuição do poder” já que “a participação vazia mantém o status quo”. Desta forma os indivíduos “tomam parte dos rituais eleitorais e escolhem seus representantes, mas, por não possuírem nem administrarem os meios de produção material e cultural, sua participação macrossocial é fictícia e não real” (BORDENAVE, 1989, p. 26)

No que tange a administração pública, entendendo esta como uma forma de atender aos anseios da população com qualidade, é imprescindível que se atente para as formas de participação afim de escutar a sociedade, garantindo um equilíbrio entre as decisões dos governos representativos e sociedade civil. O mesmo vale para todas as organizações sociais e os variados espaços, no entanto devido ao modo de produção capitalista e a organização social baseada no método hegemônico a distribuição do poder (participação) não é igualitária e equitativa. Diante disso, Boaventura diz que,

Cada lugar estrutural define-se como um conjunto de relações sociais cujas contradições internas lhe originam uma dinâmica endógena. A sua especificidade assenta na forma de troca desigual que marca as relações sociais que as constituem. Cada espaço tem uma forma específica de poder. No espaço doméstico é o patriarcado; [...] (2018, p. 24)

2.4 Conclusão do Capítulo

Como exposto acima, diversas são as tentativas de conceituar, não só a palavra, mas principalmente a forma e o conteúdo da democracia, tendo como parâmetro a participação. Muitos já tentaram determinar mínima participação possível, degraus, ou graus de participação, alguns são estudos muito consideráveis, entretanto analisar a Democracia de forma material é correr o risco de cair nas tentações do autoritarismo e/ou da Democracia Liberal. Além disso, fazer uma análise do método democrático de determinado espaço exige que seja possível levar em conta todas as especificidades dos indivíduos; uma vez que o racismo, machismo e homofobia são estruturados para manter as diferenças de classe. Basta verificar nas estatísticas brasileiras quem são os mais pobres, qual o gênero que ganha menos salário, ou até mesmo qual o tom de pele que acessa saúde e educação qualificada?

Como visto, a teoria democrática está ligada à todas as questões apontadas acima, definindo se são os “intelectuais com direito de participação” ou os “cidadãos comuns incapacitados”, ou seja, quem participa e quem não participa. Diante dessas constatações e entendendo que o exercício participativo é educativo para todos os cidadãos, Além de uma ferramenta pela qual os oprimidos podem alterar sua situação, foi feito o recorte de gênero para verificar no espaço micro a participação feminina, principalmente em um espaço onde só tem mulheres e a ideologia aplicada pelo movimento é socialista/classista.

3 IGUALDADE DE GÊNERO

Ante da proposta desse escrito, serão abordadas prioritariamente as áreas de estudos feministas que se fundamentam na igualdade de gênero, com olhar crítico ante a assimetria das relações humanas entre homens e mulheres. Nesse sentido, as referências apresentadas têm caráter questionador das práticas, normas e discursos que colocam o masculino como detentor de poder e direitos em detrimento do feminino. Cabe ao processo de estudo uma visita na história dos movimentos de mulheres brasileiras, as lutas cotidianas e, principalmente, a construção do papel da mulher na sociedade e sua participação política formal.

3.1 Não se nasce mulher, torna-se!

Como se constitui o conceito de gênero? E qual o resultado social da construção desse conceito? Quais as implicações disso na sociedade em que vivemos? Estas são questões das quais derivam-se milhares de estudos pelo mundo, sofrendo alterações dia-a-dia, com abordagens diferentes, com olhares peculiares sobre o assunto, etc. Contudo, esta monografia não pretende esgotar o assunto apenas atentar para como estas concepções poderiam ser superadas.

Vários autores denunciam a separação simbólica que há entre homens e mulheres, concomitante a ideia de público e privado que determina o papel e o espaço de cada um dos indivíduos de acordo com seu gênero biológico.

Para Pateman (1993, p.167) “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens, tanto na esfera privada quanto na pública”. Isso quer dizer que o sexismo está contido em todas as

relações humanas, mesmo assim não cabe dizer que é um comportamento “natural” do ser humano, pelo contrário,

“a origem de dominação da mulher está na concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos - a dos homens - e do desejo de transmitir riquezas por heranças aos filhos desses mesmos homens.” Assim “à preponderância do homem no casamento é uma simples consequência de sua preponderância econômica e desaparecerá com esta” (MARX, ENGELS, LENIN, 1980: 24-25 apud MOVIMENTO OLGA BENÁRIO, 2010, p.14)

É possível inferir que a forma como o comportamento humano se desenvolve é fruto de concepções culturais, como um “intenso e duradouro processo de aprendizagem sociocultural de gênero” (MOVIMENTO OLGA BENÁRIO, 2010, p.19). Isto quer dizer que cada indivíduo cresce com uma expectativa e prescrições em relação a como deve se comportar de acordo com seu órgão genital. Desde antes do nascimento já são definidas as cores para cada gênero - azul para homens e rosa para mulheres -, como devem sentar, andar, vestir, comer..., mas principalmente como fazer política e trabalhar.

Essas diferenças são mais evidentes quando a abordagem inclui as variáveis de raça e classe, pois “As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual.” (DAVIS, 1944, p. 37).

A fim de compreender porque as mulheres ao longo do tempo têm sido excluídas dos espaços de decisão, e quando conseguem normalmente ficam em desvantagem, será preciso antes de tudo entender como se constituiu o lugar da mulher na sociedade. Diversos teóricos fazem esta análise em seus escritos, alguns inclusive defendendo a condição de subordinação do sexo feminino. Entretanto, para este escrito foram utilizados autores e autoras que de forma crítica apresentem essa

relação.

Alguns teóricos comparam a sociedade primitiva com a organização social atual, indicando que as primeiras sociedades eram matriarcais, com relações poligâmicas e tribais; segundo as quais todos tinham responsabilidades igualitárias inclusive no cuidado com os filhos. (ENGELS, 1884). De acordo com a Cartilha da Secretaria de Políticas para Mulheres,

Com a descoberta da agricultura, caça e fogo, as comunidades passaram a se fixar num determinado território e foi assim que os homens, a quem predominantemente cabia a função de caça, passaram a se vincular aos espaços externos do grupo, de “fora” e da “rua” e as mulheres (também de forma geral, embora não exclusiva), como a elas cabia o cultivo da terra, o preparo dos alimentos e o cuidado das crianças, permaneceram circunscritas aos afazeres domésticos e “privados” da “casa”. (MOVIMENTO OLGA BENÁRIO, 2010, p. 11)

Em outras palavras, com o desenvolvimento da sociedade moderna o espaço reservado para atuação das mulheres se restringiu a cuidar da casa, dos filhos, dos afazeres domésticos, preocupar-se com a estética, entre outros; e aos homens coube a tarefa de dirigir os espaços de poder, ser provedor econômico, entre outras funções externas. Essa polaridade entre o papel de cada gênero é descrita de forma singular por Pierre Bourdieu:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito [...], realizarem todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. Às mulheres, pelo contrário, [...] lhes são atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos[...]. (BOURDIEU, 2014, p.49)

Mesmo depois, quando as mulheres, em especial mulheres brancas, conseguiram o direito de trabalhar fora de casa, ainda assim o modelo de dominação masculina persiste. O trabalho “invisível” das mulheres continuou a existir,

concomitantemente ao trabalho “visível”¹¹, aumentando a jornada de trabalho do sexo feminino. A este respeito, Larguia e Dumoulin (1982) dizem que,

mesmo que a mulher tenha dado um passo à frente com sua incorporação no trabalho ‘visível’, ela o faz à troca de um sacrifício que é convenientemente silenciado pelas classes dominantes. Trabalha oito horas por dia numa fábrica recebendo, por isso, um salário e ao voltar ao ‘doce-lar’, espera-a uma segunda jornada de trabalho não assalariado, desqualificado, estupidificante, que lhe tira da mente toda e qualquer ilusão acerca da sua igualdade com o homem e da sua flamante independência social. (LARGUIA; DUMOULIN, 1982, p.29)

Além disso, outros autores colocam como condição para a inserção política de mulheres a necessidade de uma melhor formação política (AVELAR, 2001:164 e MALHEIROS, 2000:167 apud COSTA,2008, p. 67) e a existência de equipamentos sociais que liberem as mulheres das funções que lhes são tradicionalmente atribuídas – o que lhes permitiria mais dedicação à participação política (DELGADO, 1996:144-145; MALHEIROS, 2000:175 apud COSTA,2008, p.68). A assimetria de poder e de comportamento entre os sexos como se pode depreender tem resultados devastadores para o gênero oprimido, que encontra como solução para suas condições a resistência - por meio de ações institucionais, voluntariados, atos/passeatas e até mesmo com ações diretas. Inclusive “Lúcia Avelar, em outro estudo sobre o voto feminino no Brasil, revelou a maior participação das mulheres nos trabalhos voluntários, no trabalho social e nas atividades locais” (AVELAR, 1989 apud COSTA, 2008, p.21)¹².

3.2 Violência Contra Mulher

A violência contra mulher não é o mundo que a gente quer! Este é o grito que ecoa nas ruas das cidades todas as vezes que movimentos feministas e de mulheres

¹¹Segundo esses autores, o conceito de trabalho “invisível” é o trabalho doméstico, desqualificado, de cuidados com a casa e as crianças. Trabalho que não gera valor, que não paga salário. O trabalho “visível” por outro lado é aquele pelo qual o indivíduo vende sua força de trabalho e em troca recebe um salário [grifos da autora].

¹² Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191615/representacaopolitica.pdf?sequence=5>
Acesso em: 19/6/2019.

saem em protesto. Isto porque no ano de 2018, no Brasil 13 mulheres foram assassinadas diariamente e 135 estupros registrados; já em 2016 uma mulher era estuprada a cada 11 minutos, de acordo com o Instituto Patrícia Galvão¹³ e relatórios do IPEA¹⁴.

A violência contra a mulher não é exclusividade daquelas que “andam na rua” ou que “estavam pedindo” como comumente ouve-se no senso comum, ela atinge as mulheres dentro e fora de suas casas, e normalmente é realizada por parceiros, pais, homens com algum tipo de vínculo com a vítima. E segundo dados da Cartilha Direitos da Mulher (2016)¹⁵,

a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiências entre mulheres de 16 a 44 anos; [...] atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, religiões e culturas; [...] produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a saúde mental, sexual e reprodutiva da mulher (UNFPA, 2016, p.5)

Apesar das importantes transformações na legislação brasileira, acerca do tratamento dado às mulheres em situação de violência, como por exemplo a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n° 11.340), em 2006, e a Lei do Feminicídio (13.104) em 2015; ainda não foi possível garantir a eficácia das mesmas em números expressivos. A primeira (Lei Maria da Penha),

cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL,2006)

¹³ Em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/a-urgencia-do-enfrentamento/>
Acesso em: 20/5/2019;

¹⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) - é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

¹⁵ Em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/cartilha-direitos-da-mulher> acesso em: 1/6/2019;

Essa Lei foi impulsionada por movimentos feministas que reivindicavam a ação do Estado frente aos casos não resolvidos, tendo como marca o exemplo de Maria da Penha Maia Fernandes, e também pela Organização das Nações Unidas (ONU), no século XX, fazendo o país ratificar tratados internacionais que foram imprescindíveis para o reconhecimento dos direitos das mulheres, como o caso da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Desta forma o problema da violência contra mulher passa a ser tratado como um problema público e não mais de âmbito privado, sendo necessário a implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento da Lei nº 11.340, de 2006. E mesmo com as mudanças, de acordo com o artigo da BBC (2015)¹⁶, as vítimas enfrentam várias dificuldades quando procuram auxílio, estas vão desde a média de espera nas delegacias especializadas até o tratamento fornecido pelas instituições durante do processo judicial.

Ao longo do texto legal de nº11.340/06, são evidenciadas várias formas de violência: Física (tapas, socos, queimaduras, etc.); Psicológica (humilhações, ameaças, impedimento de contato, etc.); Sexual (toques e carícias não consentidas, Prostituição forçada, exibicionismo forçado, etc.); Moral (Calúnia, Difamação, Injúria) e Patrimonial (destruição, venda ou furto de pertences, de instrumentos de trabalho ou documentos, etc.). Neste contexto, em suas disposições finais no art. 35, inciso II prevê que,

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; [...]
(BRASIL,2006)

Segundo dados, essas iniciativas aumentaram em 600% as denúncias de 2006 a

¹⁶ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm Acesso em: 20/6/2019

2013, entretanto ao longo do tempo as dificuldades encontradas pelas mulheres fizeram com que muitas preferissem não denunciar.

Às vezes, o processo de denunciar acaba sendo mais violento pra essas mulheres do que a própria violência", disse à BBC Brasil Silvia Chakian, promotora de Justiça e coordenadora do GEVID (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica). Ela afirma que, apesar dos avanços da Lei Maria da Penha, "ainda é preciso melhorar a efetividade dela" para que o processo seja menos traumático e resulte em punições concretas. Ainda assim, Chakian ressalta: "Essas críticas precisam chegar ao Ministério Público. Elas não podem simplesmente acreditar que a lei não funciona e que vão viver uma vida de violência e apanhar até morrer – porque é isso que acontece se a gente não rompe esse ciclo" (BBC, 2015)¹⁷

De acordo com o Mapa da Violência, de 2015¹⁸, o Brasil ocupa o 5º lugar no mapa mundial da violência contra a mulher. Mesmo que haja falta de recurso para o levantamento de dados já que as informações referentes à violência de gênero ainda não são precisas, como descrito por Wânia Pasinato na introdução do mapa "As estatísticas da polícia e do Judiciário não trazem, na maior parte das vezes, informações sobre o sexo das vítimas, o que torna difícil isolar as mortes de mulheres[...]"(2011, p.8).

Além disso, em âmbito local, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do RS também mostram que a cidade de Porto Alegre, no ano de 2017, registrou cerca de 365 casos de violência contra mulher, que vão desde ameaças, lesão corporal, estupro até feminicídio. Além disso, as instituições como as casas abrigos, que operam nesse contexto, não tem sido a escolha primeira para mulheres, que acabam se sujeitando aos maus tratos dos homens ao invés do refúgio, muitas vezes cerceador, da rede de acolhimento.

A ideia de posse sobre o corpo e o pensamento feminino, por parte dos homens, faz com que esses ciclos de violência se perpetuem, além de se tornar algo naturalizado e até mesmo menosprezado pelo pensamento patriarcal. Pensamento este que faz com que inclusive outras mulheres reproduzem o machismo, dizendo que "*Essa gosta de apanhar.*" ou "*Se ela quisesse já tinha largado dele.*", ou ainda "*Se ela não estivesse com essa roupa isso não aconteceria*".

¹⁷ Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm. Acesso em 16/6/2019.

¹⁸ Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 26/5/2018.

Cabe ressaltar que muitas mulheres participaram de revoluções e lutas históricas, foram mulheres negras, brancas, indígenas, e de classes sociais diferentes que deram suas vidas por um mundo diferente. No entanto, há pouquíssimos registros que destacam a participação da mulher no meio político brasileiro; o período do Brasil Colônia e posteriores, menos ainda se pode aproveitar. Como descrito por Amélia Teles (1999, p.11) “há tão grande ausência de registros e informações sobre a mulher e sua condição que muitas afirmam ser o movimento de mulheres algo novo no Brasil”. Além disso “o pouco que se fala da mulher brasileira não foge ao princípio universal denunciado por Simone de Beauvoir em 1949: “Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens”. E, portanto, podemos acrescentar: está sob suspeição” (TELES, 1999, p.11).

Segundo sítio eletrônico do governo do Brasil¹⁹, o movimento feminista se divide em três grandes momentos: O primeiro marcado pelas reivindicações por direitos democráticos “como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX”; no segundo destacou as liberdades sexuais “(impulsionada pelo aumento dos contraceptivos)” marcando o fim da década de 1960 e o terceiro no final dos anos 70 com caráter classista com impulso de sindicatos. Perceba que:

Tal era o menosprezo às mulheres, consideradas seres inferiores, ou crianças, que as Constituições latino-americanas do século XIX sequer proibiam o voto feminino, pois o título de cidadão era dado somente aos homens. Quando as mulheres resolveram, então, efetivar o direito de voto, algumas Constituições sofreram mudanças para estabelecer expressamente que a mulher não podia votar. (TELES, 1999, p.40)

A participação política da mulher no período Colonial (1500-1822) deu-se principalmente nas organizações políticas como quilombos, as bandeiras, entre outras. Havia aquelas que defendiam as idéias colonizadoras e aquelas que estavam ao lado dos colonizados. Mas independente do lado, as mulheres sempre foram esquecidas na história. Maria Teles em seu livro Breve História do Feminismo no Brasil (1999) no capítulo sobre o Brasil Colônia destaca que pouquíssimas mulheres brancas habitavam

¹⁹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres> Acesso em: 19/6/2019

o país, isto por que no período de exploração vinham os homens e algumas *concubinas*, garantindo desta forma a exploração das mulheres indígenas.

Em síntese, esta autora explica que no período da colônia,

à mulher daquele tempo coube como ainda nos dias de hoje, uma parcela maior de exploração: primeiro, enquanto parte da população brasileira, sem qualquer poder de decisão, dominada que era pela metrópole (Portugal); segundo, porque nessa época a sociedade aqui formada organizou-se sob a forma patriarcal, isto é, era uma sociedade onde o poder, as decisões e os privilégios estavam sempre nas mãos dos homens. [...] à mulher da classe dominante era necessariamente a esposa e mãe dos filhos legítimos do senhor. (TELES, 1999, p.19)

Às mulheres escravizadas cabia a tarefa de trabalhar nas lavouras e nas casas dos senhores, além de servirem como “instrumento de prazer sexual dos seus senhores, podendo até serem alugadas por outros senhores.”(Teles, 1999, p. 21) Desta forma a autora argumenta que a divisão do trabalho entre homens e mulheres se consolidou-se na Colônia, fortalecendo a tripla opressão da mulher²⁰: de classe, de raça e de gênero.

Já durante o momento do Império (1822-1889) houveram mudanças na economia, na política e na sociedade, fato que abriu espaço para novas idéias e questionamentos por parte das mulheres - um número pequeno com certeza, mas alguma coisa -. Havia também um forte apelo pela educação para as mulheres, não somente de prendas domésticas, mas de geometria e outros. Em seguida, o movimento crescente do abolicionismo também proporcionou maior circulação de “idéias inovadoras”, ligando ainda mais as mulheres e intelectuais abolicionistas.

Segundo Teles (1999, p.29) muitas foram as que ajudaram a levantar fundos para a campanha, tanto vendendo doces e flores quanto tocando piano em eventos para levantar fundos para o movimento abolicionista. Desta forma,

As experiências que essas mulheres adquiriram, poderiam ter aumentado sua capacidade para lidar com o mundo exterior e desenvolver sua habilidade organizacional. Mas poucas brasileiras falaram alguma vez em público nos tópicos envolvidos na Abolição[...] embora Leonor Porto, tenha publicado artigos e panfletos. (TELES, 1999, p.30)

²⁰ [Grifo da autora] no original consta como “dupla” opressão. Entretanto acredita-se que o correto é tripla opressão no sentido de intersecção de opressões. Vide: O que é Interseccionalidade? De Claudia Akotirene

Durante a primeira República (1889 - 1930) ocorreram diversas greves, mais especificamente de tecelões, “categoria majoritariamente feminina” (TELES, 1999, p.42) reivindicando a jornada de oito horas diárias de trabalho. Muitas mulheres se destacaram nesse período, entretanto somente os homens conseguiram as oito horas enquanto que para as costureiras permaneceram nove horas e meia de trabalho. As mulheres da classe dominante, neste momento, reivindicavam o direito ao voto feminino e cargos públicos para mulheres. Também há relatos de mulheres - vivandeiras - participando da Coluna Prestes em 1924, apesar de proibidas pelo argumento de que indisciplinavam os soldados, elas seguiam os homens a cavalo. Como resultado de uma árdua luta pelo direito de voto e o reconhecimento do mesmo, em 1932 o voto feminino foi assegurado.

No decorrer do século XX o voto das mulheres foi ganhando cada vez mais peso até que, nas eleições do ano 2000, pela primeira vez o eleitorado feminino superou em números absolutos o masculino. Já nas eleições de 2016, as eleitoras se tornaram maioria em todos os estados brasileiros. No total, dos 144 milhões de brasileiros aptos a votar, 75.226.056 eram mulheres, ou seja, representavam 52,24% do eleitorado. (NOTÍCIAS TRE- PR, 2018)²¹

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres também tiveram papel importantíssimo lutando contra as idéias fascistas, o que não garantiu que seus direitos fossem considerados. Com o golpe de 1964²² e o contexto de repressão, as mulheres foram as mais atingidas, quer seja por participação em organizações de resistências, ou por parentesco com homens presos políticos.

Na linha do tempo construída por Pinto (2003), descreve-se que a realização, pela ONU, da Primeira Conferência da Mulher foi um evento valoroso para a formação de grupos políticos de mulheres como: o Movimento Feminino pela Anistia e o Centro da Mulher Brasileira. Muitas foram as lutas por divórcio, por creche, contra violência sexual e doméstica, livre manifestação da sexualidade, entre outras. E a partir de 1980, com a redemocratização percebeu-se, conforme Teles (1999, p.163), um “avanço na

²¹ Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1> Acesso em:24/6/2019

²² Momento em que militares e forças conservadoras com a justificativa de acabar com o comunismo, tomaram o governo do então presidente João Goulart. Isso resultou em vários Atos Institucionais, em especial o AI-5 que resultou em perseguições e mortes aos que se opunham ao governo. Durou 21 anos e até hoje não teve seus responsáveis punidos. [grifo da autora]

consciência feminista” multiplicando as organizações de mulheres. Como resultado de várias denúncias organizadas de violência de gênero o Estado obrigou-se a criar as delegacias da mulher.

Com a mobilização para escrever a nova Constituição Brasileira (1988), entram em cena novamente os movimentos de mulheres para garantir que a Carta Magna tivesse direitos femininos garantidos. “A nova Constituição foi, pois, um marco importante na história do feminismo brasileiro.” (MOVIMENTO OLGA BENÁRIO, 2010, p.35), conseguindo contemplar o direito à Igualdade, abolindo o pátrio poder²³, criação de mecanismos para coibir a violência doméstica, de ser eleitas, entre outros. As mulheres brasileiras destacaram-se também nos sindicatos e nos serviços públicos de saúde, conquistando cada vez mais espaço na área política, tendo um papel importantíssimo nos espaços acadêmicos - em pesquisas de representatividade, direitos humanos, educação, entre outras.

A partir de 2015 pudemos perceber uma eclosão do movimento feminista brasileiro, com destaque de movimentações em toda América Latina, que ficou conhecida como *Primavera das Mulheres*²⁴. De acordo com o artigo publicado na revista *Géledes* (2016)²⁵, as redes sociais foram significativas para denúncias e disseminação de idéias, bem como organização e divulgação de eventos, atos e passeatas. Atualmente, as mulheres Argentinas se destacaram com a *Revolução dos Lenços Verdes*²⁶, pela legalização do aborto, reunindo nas ruas aproximadamente 300

²³ O Código Civil de 1916, que estabelecia o pátrio poder ao marido, sendo ele o chefe da sociedade conjugal. Desta forma, a mulher somente poderia exercer chefia da sociedade conjugal após a falta ou impedimento do marido. Salienta-se que a viúva não poderia se casar, pois caso contrário, perderia o pátrio poder sobre os filhos, até que enviuvasse novamente. [...] O pátrio poder estabelecia poderes somente ao homem, cujo detinha o posto de chefe da família, de maneira que corroborava com a desigualdade familiar. Disponível em: https://tico080970.jusbrasil.com.br/artigos/628935650/patrio-poder-ou-poder-familiar-entenda-a-diferenca?ref=topic_feed Acesso em 24/6/2019

²⁴ Compreende o período iniciado em 2015 de seguidos protestos massivos de mulheres contra a opressão, a misoginia, e retrocessos que estavam sendo propostos por parlamentares religiosos como por exemplo: o fim do aborto em casos de estupro. Essas manifestações se tornaram um documentário de mesmo nome que conta essa história. [Grifo da autora]

²⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/2015-a-primavera-das-mulheres-que-floresceu/> acesso em: 27/4/2019.

²⁶ Foi um movimento que marcou a história da Argentina em 14 de junho de 2018 em prol do aborto legal. Seguindo o exemplo das Mães da Praça de Maio (1970), que usavam lenços brancos como marca, as mulheres desta vez utilizaram lenços verdes como homenagem a esta luta, trazendo uma nova luta

mil mulheres. Mesmo não conseguindo aprovar a proposta, que esbarrou em moralidades e religiosidades de parlamentares, serviram de grande exemplo para o mundo e principalmente para as brasileiras que em solidariedade também saíram às ruas, fomentando ainda mais o debate.

3.3 Conclusão do Capítulo

Diante do exposto, é plausível pensar que a participação das mulheres nos espaços decisórios, e suas experiências ao longo dos processos de luta surgem como forma de modificação da realidade da opressão de gênero. “A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, escala social da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma um tempo insignificante.” (ENGELS, 1984, p.182) Entretanto não basta que as mulheres trabalhem, tenham direito de voto, possam ser eleitas, ou estudar; pois existem aspectos simbólicos que impossibilitam qualquer maneira de competição “justa” entre mulheres e homens na sociedade capitalista.

Além disso, Santos e Avritzer (2003, p. 46) colocam que “no domínio da democracia participativa, mais do que em qualquer outro, a democracia é um princípio sem fim e as tarefas da democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes”. Ou seja, cada processo participativo deve ser considerado um avanço e somente funcionará da maneira ideal se for construído a partir de bases sólidas de participação.

Com o avanço de idéias conservadoras na política internacional e nacional, com eleições de presidentes como: Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (BR), Mauricio Macri (AR), Mário Benítez (PAR), entre outros; novamente as mulheres se colocam em alerta para não haja retrocessos nos direitos adquiridos. Fato este, que promete ser ainda mais impulsionador da ideologia feminista no Brasil ao longo dos próximos anos.

4 A OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL

A Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal, foi fundada no dia 25 de novembro de 2016 em homenagem ao Dia Internacional de Combate a Violência contra a Mulher²⁷. Inclusive o nome escolhido deve-se às Irmãs Mirabal, também conhecidas como *Las Mariposas*. Se caracteriza como ocupação urbana pois seu início deu-se a partir da iniciativa do Movimento de Mulheres Olga Benário, que ocupou um prédio abandonado há mais de cinco anos no centro da cidade de Porto Alegre.

4.1 O Movimento de Mulheres Olga Benário

O movimento social supracitado é um movimento nacional organizado somente por mulheres que existe na cidade de Porto Alegre desde 2015, surgiu a partir da demanda de luta contra a opressão, a violência e exploração das mulheres na sociedade. De acordo com a cartilha do próprio movimento (informação verbal), as representantes de oito Estados²⁸ brasileiros formaram uma delegação para participar da 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas - Venezuela no ano de 2011 e desde então o movimento cresceu.

Seu principal objetivo é "organizar as mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes para lutarem pelos seus direitos e acabar com injusto sistema

²⁷ A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1999, reconhece o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. A data surgiu em decorrência do Dia Latino-americano de Não Violência Contra a Mulher, que foi criada durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá, Colômbia. O 25 de novembro foi escolhido em homenagem às irmãs Pátria, Maria Tereza e Minerva Maribal, que foram violentamente torturadas e assassinadas nesta mesma data, em 1960, a mando do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo. As irmãs dominicanas eram conhecidas por "Las Mariposas" e lutavam por melhores condições de vida na República Dominicana. Disponível em: <https://www.calendarr.com/brasil/dia-internacional-para-a-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres/>

²⁸ Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

patriarcal/capitalista." Após a realização do primeiro Encontro Nacional do movimento (2014), em Recife, que segundo relatado teve a participação de 300 mulheres de treze Estados²⁹ brasileiros o movimento organizou-se melhor com coordenações estaduais e nacionais a fim de manter a coesão da ideologia.

Além disso, a linha política defendida pelo movimento é a do "feminismo classista", ou seja, vinculado a ideia socialista de igualdade social e libertação da opressão estrutural do capitalismo. Neste sentido, entende-se que o Olga Benário tenha uma forma de gestão aproximadamente democrática uma vez que:

Os movimentos sociais requerem uma organização flexível, adaptativa e não autoritária que dirija o poder social na busca de metas sociais, as quais não podem ser alcançadas só por meio da espontaneidade fortuita. [...] É assim que estes movimentos sociais autorganizados enfrentam o poder (estatal) existente, com um novo poder social, o qual altera o poder político. (FRANK, 1989, p.26)

Esse mesmo grupo de mulheres organizam-se em núcleos espalhados por diversas partes:

Ao longo desses anos de existência o Movimento de Mulheres Olga Benário tem desenvolvido diversas lutas específicas e políticas no nosso país. Temos erguido com firmeza a bandeira dos direitos das mulheres trabalhadoras, organizando e participando de passeatas nas ruas, de atos em memória das mulheres assassinadas durante à ditadura militar fascista, realizado cursos de formação e de profissionalização, palestras em universidades, bairros e escolas, ocupações em Secretarias Especiais de Mulheres, construído plenárias e encontros nos estados e denunciado a exploração da população feminina, especialmente, da parcela mais empobrecida. (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO, 2017, p.5)

Como forma de reivindicação este movimento costuma realizar ações diretas, método que acabou culminando na criação da primeira ocupação urbana para receber mulheres violentadas da América Latina: a Ocupação Tina Martins, no centro de Belo Horizonte em Minas Gerais no ano de 2015. Apesar de muitas dificuldades, a Tina Martins obteve muito sucesso, com apoio da comunidade ao redor do prédio, estudantes e até mesmo do poder público o que evitou as ações de despejo.

²⁹ Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

4.2 Olga Benário no Rio Grande do Sul

Aproveitando a efervescência das lutas das mulheres no período conhecido como Primavera das Mulheres, as representantes do movimento de mulheres do Estado do Rio Grande do Sul, em sua maioria da cidade de Porto Alegre, seguiram o exemplo de Minas Gerais. Ocuparam um prédio abandonado há mais de 5 anos, que pertence à Igreja Salesiana e fora utilizado para abrigagem de crianças e jovens em situação de abandono. E assim nasce a Ocupação Mulheres Mirabal, que assim como o Centro de Referência Tina Martins contou com apoio social, tanto com doações quanto presença de muitos apoiadores em dias de ameaça de reintegração de posse.

Conforme descrito nos panfletos disponibilizados para análise, essas mulheres se organizaram a fim de denunciar o que elas consideram um descaso do Estado em relação às Políticas Públicas de enfrentamento à Violência contra a Mulher. Segundo relatos, existe uma casa para abrigagem de mulheres em situação de violência disponibilizada pelo Município de Porto Alegre³⁰, entretanto as vagas oferecidas são significativamente menores do que a demanda que se apresenta na cidade.

4.3 Histórico da Ocupação Mulheres Mirabal

O local iniciou seus trabalhos de acolhimento em dezembro do mesmo ano de criação, seu nome fantasia ficou Ocupação Mulheres Mirabal e a organização caracteriza-se como uma Associação³¹ enquanto pessoa jurídica, se transformando

³⁰ A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localizada em Porto Alegre, pertence ao programa municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Foi inaugurada em setembro de 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme Lei 6919, de 1991, e Decreto 10172, de 1991. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=333

³¹ O Código Civil (Lei nº 10.406/02) define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (art. 53). E a Constituição Federal garante o direito à livre associação, mas proíbe o exercício de determinadas atividades descritas em lei, tais como as atividades de caráter paramilitar. Disponível em: <https://nossacausa.com/como-criar-uma-associacao-conceito-e->

em Centro de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal. Essa condição de formalidade foi necessária e imposta pelos entes governamentais que realizavam as negociações para desocupação do prédio. Isso porque o Estado necessita de formalidades específicas para se relacionar com as organizações da Sociedade Civil. “Logo nos primeiros dias, a Inspeção Salesiana ajuizou ação de reintegração de posse, exigindo o despejo do movimento e das mulheres do prédio. A ordem foi acatada e o primeiro mandato de reintegração expedido. (CORAGEM E RESISTÊNCIA, 2019)”³² Mas “o movimento conseguiu reverter a decisão, tendo em vista o trabalho que passou a ser exercido pela casa, essencial para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e pelo acolhimento das vítimas de violência”. (loc.cit.)³³

Durante o período de negociação houveram diversas tentativas de reintegração de posse, fato que se apresenta como um paradoxo, visto que a própria Delegacia da Mulher e outras entidades governamentais enviavam mulheres vítimas para serem acolhidas pela casa. Prova-se isso com relatos da entrevistada 20 “Eu descobri quando eu tava (sic!) na delegacia da mulher aí eles me trouxeram para cá e eu não sabia da existência da Mirabal antes.” e com documentações anexas ao processo judicial de desocupação. Desde então a Casa de abrigagem recebeu consultoria de um grupo de advogadas apoiadoras e do grupo GRITAM, Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres do SAJU/UFRGS.

Novamente a reintegração foi autorizada. Com o novo mandato, as autoridades da cidade começaram a preparar o despejo. Foram marcadas reuniões com vários órgãos e entidades de combate à violência contra as mulheres, numa tentativa de “humanizar” a reintegração. Sem o poder público apresentar soluções, porém reconhecendo o trabalho realizado pela ocupação, o Movimento de Mulheres Olga Benário conseguiu a primeira vitória: a suspensão da reintegração de posse durante o período de seis meses. (CORAGEM E RESISTÊNCIA, 2019)³⁴

Todas as tentativas de reintegração de posse foram acompanhadas de intensas mobilizações sociais, fomentadas pelo movimento de mulheres. Assim, em 2017, após várias ameaças de despejo, foi organizado um grupo de trabalho (GT) para negociações entre proprietários, poder público e movimento, algumas entidades técnicas também auxiliaram as reuniões deste GT. O grupo resultou em um estudo que apresentava quinze prédios do município para escolha, por parte do movimento, para manter a prestação do serviço de acolhimento às vítimas de violência.

Após novas conversas, com descumprimento do acordo e sem nenhuma resposta verdadeira para onde transferir o serviço, o Movimento de Mulheres Olga Benário decidiu agir e tomou posse do prédio que tinha sido destinado à Casa Mirabal e realizou uma nova ocupação pela vida das mulheres! (CORAGEM E RESISTÊNCIA, 2019)³⁵

Como comumente acontece, a Procuradoria Geral do Município notificou o movimento, oferecendo 48 horas para saída voluntária; seguido de corte de energia do imóvel. A autora do estudo realizou o estágio obrigatório curricular na entidade, e no período de realização do mesmo a casa havia passado por uma mudança de espaço físico, devido a negociações judiciais para desocupação do prédio privado anteriormente utilizado. Atualmente a Casa de Referência situa-se na Rua Souza Reis, 132 - bairro São João em Porto Alegre - RS, diferente da Casa de Abrigagem Viva-Maria (espaço governamental que realiza o mesmo trabalho) seu endereço não é privado, desta forma as mulheres que precisarem do serviço sabem onde encontrá-lo sem necessariamente passar por toda rede de atendimento para casos de violência doméstica.

4.4 Estrutura Física da Ocupação Mulheres Mirabal

Neste novo endereço, a casa conta com quatro quartos coletivos, uma sala de

³⁵ Ibidem página 37

TV, uma biblioteca, e um banheiro, no segundo andar; já no térreo é possível encontrar um refeitório amplo, uma cozinha, outro banheiro, uma sala de coordenação, uma sala de acolhimento/reuniões, um hall de entrada, sala de brechó e por fim um pátio amplo com árvores. Todos os espaços com exceção da sala de coordenação são de uso comum das moradoras e coordenadoras, mas somente o andar de baixo recebe pessoas de fora da organização em dias de eventos abertos ou recebimento de doações.

Cabe ressaltar, que a sala da biblioteca e do brechó ficam fechadas para evitar que as crianças possam rasgar livros ou sujar as roupas. Quanto aos móveis e eletrodomésticos, a casa possui todos os básicos como geladeira, fogão, colchões, sanitário, chuveiros, entre outros. Tudo veio das doações que apoiadores fizeram ainda nos primeiros dias da Ocupação no endereço do centro histórico, durante a mudança de endereço estes foram levados por caminhões disponibilizados por proprietários do prédio anterior.

Fotografia 1 – Fachada da Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal



Acervo pessoal da autora.

4.5 Método de gestão utilizado pelo movimento

Percebe-se que no que tange seu funcionamento, a casa não possui seus setores de trabalho delimitados com precisão como comumente ocorre nas

organizações. No entanto, tenta-se separar as voluntárias em funções (coordenação, acolhimento, saúde e mídia). A organização conta com um número pequeno de militantes que compõem a coordenação, o acolhimento, saúde e mídia; e as demais são mulheres acolhidas que residem no espaço. As atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito desta coordenação ou em qualquer outra área não são remuneradas, ou seja, a mão de obra do local é totalmente voluntária.

Segundo percebido na maioria das entrevistas, a casa funciona com o objetivo ser um espaço de referência para mulheres, desta forma várias atividades foram e são realizadas no espaço de convivência, como por exemplo: rodas de conversa sobre saúde da mulher, reuniões de movimentos feministas que compartilham da linha político-ideológica do lugar, festivais de música em períodos comemorativos, cursos diversos, entre outras.

A coordenação da casa é composta por mulheres que não residem no local, mas que fazem escalas para estarem presentes durante dias ou noites. Elas são responsáveis por toda a parte administrativa e se reúnem semanalmente para tomar decisões, como: a destinação do dinheiro arrecadado no brechó; abertura do espaço para eventos; grupos de estudos; participação em atos e passeatas feministas; entre outras.

Fotografia 2 – Atividades realizadas na Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal



Acervo pessoal da autora.

O grupo responsável pelo acolhimento também reúne uma vez por semana

para tratar dos encaminhamentos das acolhidas, os prazos de saída das mulheres e discutir a possibilidade de novos acolhimentos. Já o grupo que trata dos assuntos de saúde reúne quinzenalmente para pensar atividades e ações que melhorem a qualidade de vida das mulheres acolhidas. Essas mulheres do grupo de saúde, na sua maioria, não possuem vínculo com o movimento Olga Benário, são psicólogas e terapeutas que se sensibilizam com a causa e oferecem suas especialidades.

Percebe-se durante a fala das entrevistadas que as mulheres que compõem a coordenação da casa, em geral, fazem parte do Movimento de Mulheres de Mulheres Olga Benário e possuem uma alta carga ideológica sobre o caráter político da existência do espaço. Salvo algumas exceções como a entrevistada 12 que aproximou-se da casa, foi se inserindo nas atividades e em seguida na coordenação; e só então se inseriu no Movimento de Mulheres, como descrito no discurso da mesma:

Particpei de uma roda de conversa sobre a legalização do aborto em setembro de 2017 mais ou menos (fui catar o evento) e a partir daí conheci a casa e fui entrando para casa e posteriormente para o movimento de mulheres. [...] depois de um bom tempo dando escala e me envolvendo cada vez mais com as acolhidas e com as demandas fui convidada a entrar para a coordenação e anteriormente a isso já havia sido feito um convite para compor o acolhimento e assim foi indo, de forma bem natural, conforme meu envolvimento com a casa e acolhidas foi aumentando. (ENTREVISTADA 12, 2019)

4.6 Conclusão do capítulo

As mulheres têm uma longa trajetória de lutas por direitos ao redor do mundo, essas reivindicações geralmente são de cunho social, políticos e de direitos civis. No Brasil, não é diferente. Muito se têm avançado nos instrumentos formais de proteção da mulher, entretanto as ações dos movimentos de mulheres são imprescindíveis para que esses avanços sejam efetivos e continuem acontecendo. Esse é o papel da Ocupação Mulheres Mirabal, realizar um trabalho deixado de lado pelo poder público no que tange a vida das mulheres. A iniciativa e a coragem dessas mulheres em

realizar um trabalho o qual nunca tiveram contato profissional, impulsionado pela energia de defender suas iguais é imprescindível para avançar em sociedades conservadoras.

A construção do espaço, da gestão, do histórico da Mirabal é resultado do acúmulo de relações que foram apresentando-se ao longo do tempo, impulsionados pela ideologia feminista classista das idealizadoras. Porque isso é importante? Pelo simples fato que este local não deveria repetir em sua organização coisas típicas de organizações capitalistas e liberais, instituições que normalmente tem uma apresentação hierarquizada com foco no lucro a qualquer custo e/ou burocratizadas. Além disso, a ideologia socialista³⁶³⁶, que o movimento Olga Benário segue, tem como premissa a igualdade entre os indivíduos independente de gênero, raça ou orientação sexual; e desta forma se aproxima da teoria democrática contra-hegemônica pelo menos teoricamente.

³⁶ Feminismo classista acredita essencialmente na igualdade de gênero e na extinção da sociedade de classes, de exploração do homem pelo homem, ou seja, a sociedade socialista.

5 AS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS DA CASA

Segundo Severino (2007, p.100) o método é um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem encontrar as relações entre os fenômenos. Assim, para este escrito buscou-se identificar a diferença nos modelos teóricos de democracia, sendo estes mais ou menos participativos, e relacioná-los com a forma de funcionamento da instituição analisada. Para descobrir a maneira como é gerida a Ocupação Mulheres Mirabal foram realizadas entrevistas, e mais adiante análise dos discursos para verificar o sentido atribuído ao fenômeno democrático, caso ele exista ou não.

5.1 Abordagem Metodológica

Para atender o objetivo deste escrito de compreender e analisar a participação, em especial das mulheres, no espaço da ocupação Mulheres Mirabal à luz dos conceitos de democracia, a pesquisa utilizará a abordagem hipotético-dedutiva. Esse método conforme Lakatos e Marconi (2003, p.97), decorre de que

[...]toda observação é precedida por um problema, uma hipótese, enfim, algo teórico. A observação é ativa e seletiva, tendo como critério de seleção as "expectativas inatas". Só pode ser feita a partir de alguma coisa anterior. Esta coisa anterior é nosso conhecimento prévio ou nossas expectativas. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 97).

Desta forma, cabe ressaltar o envolvimento anterior da autora com a instituição analisada, fazendo inclusive parte da criação e gestão do espaço por longo período de tempo, bem como com a temática teórica abordada (democracia participativa). Indo além, pode-se dizer que o estudo foi conduzido à abordagem qualitativa, uma vez que não utiliza métodos estatísticos quantitativos e "preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na

compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Utilizando o caráter exploratório, que “objetiva aumentar a familiaridade do pesquisador com o problema levantado, descobrir enfoques, percepções e terminologias novas.” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995 p. 321), e o descritivo ao qual “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35), a autora teve como hipótese inicial que o modelo contra-hegemônico de democracia possibilita a participação das mulheres ajudando a criar mecanismos de defesa contra violência de gênero.

No que tange os requisitos teóricos desta monografia utilizou-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, ambas desenvolvidas a partir de material já elaborado sobre os assuntos destacados. Como meio de interpretação da pesquisa, foi escolhido o estudo de caso com base em entrevistas semiestruturadas, “sendo esta uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (GIL, 2007, p. 113)

Finalmente com as entrevistas realizadas, foi feita uma análise de discurso, a fim de identificar o sentido que o sujeito manifesta na declaração, e então como apontado por Gerhardt e Silveira (2009, p.85), possibilitar à pesquisadora a realização de uma “reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o filosófico, o jurídico e o sociopolítico.”

Sendo assim, se espera com esse estudo reforçar a reflexão referente à formação cidadã no que tange a democracia participativa, e simultaneamente refletir sobre o papel da mulher nas tomadas de decisão. Além disso, ser capaz de reconhecer se a sociedade auto organizada dá conta de avançar nas políticas públicas para vítimas de violência oferecidas pelo Estado, no que tange a participação dos indivíduos.

5.2 Análise dos dados

A pesquisa documental foi feita baseada nos materiais disponibilizados pela própria entidade pesquisada, tanto em relação as teorias Feministas quanto aos dados apresentados de violência contra mulher na cidade e no Estado. Para além, a pesquisa bibliográfica realizou-se em diversos escritos sobre democracia, igualdade de gênero e políticas públicas, destacando-se autores e autoras como: Juan Bordenave, Maria Amélia Teles, Ellen Wood, Evelina Dagnino, Angela Davis, Pierre Bourdieu, entre outros.

Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas presenciais e individuais, com gravação de áudio previamente autorizado pelas próprias entrevistadas, condição importantíssima visto que algumas mulheres estavam com restrição ao espaço externo. As perguntas foram semiestruturadas, com direcionamento livre sendo adaptadas conforme transcorreu cada uma das entrevistas. Todas foram informadas da temática e objetivo do estudo, além da importância de sua contribuição para análise, mesmo assim umas das mulheres em acolhimento negou-se a participar.

Foram entrevistadas 22 mulheres, dentre elas coordenadoras atuais e antigas da casa, acolhidas, ex acolhidas, e apoiadoras que frequentemente estão no local. Aqui cabe destacar que um homem trans foi entrevistado, em conversa informal ele relatou que sua transição ocorreu durante o processo de criação e desenvolvimento da casa, fato que justifica seu envolvimento anterior e atual com o espaço de proteção às mulheres vítimas de violência.

Nenhuma das pessoas solicitou sigilo de suas respostas, nem nomes, mas por motivos de segurança e privacidade das entrevistadas a autora optou por não colocar o nome das participantes no estudo. Além disso, devido à falta de contato com as mulheres acolhidas, o número de militantes coordenadoras é maior nas entrevistas. Na tabela **ANEXO 1** foram especificados a quantidade e perfil das entrevistadas. As

entrevistas foram realizadas no mês de maio e abril do ano de 2019.

Esta parte do escrito tem a finalidade de apresentar e analisar os resultados obtidos, no intuito de verificar o quanto a Ocupação Mulheres Mirabal consegue ter uma metodologia de trabalho participativa, de acordo com as teorias hegemônicas e contra-hegemônicas de democracia.

Foram analisadas 3 categorias, pensadas a partir do referencial teórico estudado. Elas foram base para o roteiro e direcionamento das entrevistas. São elas: Participação no Espaço (tomada de decisão); Divisão de responsabilidades (tarefas); e Captação de Recursos (financiamento). Estas categorias buscam dar conta de responder o problema de pesquisa descrito, tendo sido utilizado o método de análise qualitativo.

5.2.1 Tomada de Decisão

A tomada de decisão é precisamente o cerne da participação, que é o cerne da teoria democrática, conforme descrito no referencial teórico. Ao longo das entrevistas foram identificadas algumas ferramentas de tomada de decisão que podem ser consideradas participativas, uma delas é a presença de assembleias com as vítimas de violência que são acolhidas. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas anteriormente em reunião do grupo de coordenação, que faz as propostas e transmite para outras mulheres na assembleia. Entretanto, esse processo só ocorre em decisões consideradas importantes e não se relacionam com tarefas diárias da Casa.

Teve um período da coordenação, quase o ano passado inteiro, que a coordenação e acolhimento foi junto e **em geral as decisões eram tomadas em reunião**, às vezes alguém tomava uma decisão por fora uma coisa mais emergencial e tal e aí gente debatia se tinha sido bom, se tinha sido ruim ou porque a gente tomou alguma decisão que fulana não cumpriu. (Entrevistada 1 – informação verbal)

A periodicidade das reuniões da coordenação é semanal, enquanto as assembleias são quinzenais, como dito por umas das coordenadoras: “A Assembleia

ela costuma ser de 15 em 15 dias ou um mês dependendo da demanda e da condição de reunir todo mundo na casa.”(Entrevistada 1 – informação verbal) Também foi perceptível que com o passar do tempo a periodicidade foi diminuindo como destacado por uma ex-coordenadora, dos momentos iniciais da Casa: “as decisões eram tomadas muito nas reuniões, assim a gente fazia reuniões praticamente **duas vezes na semana** às vezes, assembleia principalmente assembleia na casa porque como as mulheres estavam no dia a dia, e muitas delas também auxiliavam né!” (Entrevistada 2 – informação verbal). Analisando essa passagem descrita por uma acolhida, é possível inferir que no início da organização as formas participativas da gestão eram fomentadas mais seriamente, fato que é perceptível pelas próprias integrantes do movimento “Atualmente não sei a frequência de assembleias, nos primeiros dias de ocupação eram feitas quase que diariamente e com o andar do trabalho e, também, com certo esvaziamento, começaram a ser feitas de acordo com a necessidade.” (Entrevistada 10 – informação verbal)

conforme descrito pela Entrevistada 12, Em síntese,

As decisões são tomadas sempre em reuniões; em grupo; escutando e respeitando a opinião, posicionamento e argumentos das militantes; respeitando o que em geral é demanda de acolhimento e o que é demanda da coordenação e, por fim, dependendo do assunto abrimos votação em caso de coisas que são passíveis de decidir dessa forma.(informação verbal)

Como já mencionado anteriormente neste escrito, as mulheres que compõem a coordenação são em sua maioria membras do Movimento de Mulheres Olga Benário, ou seja, fazem reuniões de estudos políticos, econômicos, etc.; além de organizarem suas ações. Também é preciso lembrar que as militantes não residem na Casa Mirabal e sua frequência no espaço é em média de duas vezes na semana Apesar dessas tentativas de gestão participativa, ao entrevistar as atuais acolhidas percebe-se que o “sentir-se parte”, que depende a participação efetiva dos indivíduos,

como proposto por Bordenave, necessita de mais do que só o espaço ou ferramenta. É preciso sentir-se pertencente e seguro no processo de tomada de decisão, é necessário a autonomia para alcançar a emancipação, como percebe-se a seguir na fala da Entrevistada 3,

um dos problemas que sempre ouvi foi essa comunicação entre a coordenação da casa e as acolhidas; e as assembleias muitas vezes não eram espaços em que as mulheres ficavam confortáveis para colocar todos os pontos eu acho que eu senti uma falta de autonomia muito grande em quem tava (sic!) na casa não só na tomada de decisões mas eu acho que na própria relação que se criou muitas vezes entre as coordenadoras ou das mulheres que compunham os grupos de acolhimento se tornarem meio que “mães” das mulheres que estavam acolhidas então hoje eu diria que muitas vezes houve uma falta de autonomia muito grande para as mulheres. (– informação verbal)

Foi identificado que é consenso entre as coordenadoras, que haja um aumento na frequência das assembleias, algumas sugeriram até presença obrigatória de todas as acolhidas e coordenadoras, entende-se que isso pode aproximar as mulheres diminuindo as barreiras entre coordenação, acolhimento, apoiadores e acolhidas. Além de envolver mais as mulheres com a política e a gestão da casa como foi feito antigamente, podendo multiplicar os casos como o da Entrevistada 8 que virou militante após ser acolhida, “eu fui como uma acolhida né porque eu tinha perdido a minha casa numa desocupação de terreno [...] na época e me chamou para ser fazer parte do movimento e aí eu comecei a ser militante e ser coordenadora da casa e tal.”(informação verbal).

E por fim, no que tange as decisões diárias como a divisão de tarefas, consideradas menores, são feitas através de uma auto-organização entre as moradoras como relatado pela Entrevistada número 22:

Quem faz o almoço quem limpa a casa é por escala agora a gente tá para fazer a nova escala porque uma corrida foi embora né E aí ficou uma tarefa mais sobrando Então a gente vai se dividindo né para fazer as tarefas para não pesar para uma nem para outra a escala é feita entre nós não ia Assembleia a gente se organiza a gente faz a escala e a gente organiza nossas tarefas.(informação verbal)

5.2.2 Divisão de Tarefas (internas e externas)

A Ocupação Mulheres Mirabal tem tarefas diárias como cozinhar; limpar; cuidar das crianças; atendimentos psicológicos e jurídicos para as mulheres acolhidas; além de oficinas, rodas de conversa e estudos de livros. Em momentos eventuais, também ocorrem shows de bandas; corte de cabelo; tatuagens; venda de alimentação; vigílias; entre outras exposições culturais. A maioria dessas funções são organizadas e definidas em reuniões do Movimento de Mulheres Olga Benário (abertas para todas), depois na coordenação da casa (restrita), e acolhimento (restrita), somente depois a proposta chega na assembleia (e nas acolhidas) para consulta e/ou decisão final.

As tarefas e atividades da casa eram tiradas em assembleia com as acolhidas. A demanda de tarefas a gente decidia nas reuniões da coordenação, afinava elas nas reuniões do acolhimento e conversas com as acolhidas e aprovava em Assembleia. Caso surgisse mais alguma demanda a gente acrescentava na hora. (Entrevistada 1– informação verbal)

As tarefas diárias da casa (limpar, cozinhar, etc.) como já foi mencionado são por conta das mulheres que moram no lugar, de forma organizada em assembleia em escalas de participação, e em momentos de em períodos os quais não ocorrem assembleias as meninas se auto organizam e fazem combinações entre si. Como mencionado por diversas entrevistadas, como a Entrevistada 1:

[...]a gente vai se dividindo né para fazer as tarefas para não pesar para uma nem para outra a escala é feita entre nós não ia Assembleia a gente se organiza a gente faz a escala e a gente organiza nossas tarefas por exemplo eu tenho um almoço para fazer segunda terça quarta quinta e sexta então a gente se organiza ver quantas tarefas tem e dividir por igual pelas mulheres que estão na casa.(informação verbal)

Nota-se que houve um aprendizado ao longo do período de gestão do espaço de acolhimento, ou seja, “experiências que essas mulheres adquiriram, poderiam ter aumentado sua capacidade para lidar com o mundo exterior e desenvolver sua

habilidade organizacional.” como destacado por Amélia Teles (1999, p.30) e confirmado no discurso da Entrevistada 1:

as acolhidas que se colocavam tipo “eu posso fazer isso eu posso fazer aquilo”, antes a gente fazia uma escala no início dividindo tipo “a fulana Vai lavar a louça hoje, fazer almoço amanhã” meio que **a gente que apontava as pessoas** para tentar distribuir as tarefas de maneira igual para todo mundo tipo um dia de trabalho pesado outro dia de trabalho mais leve. Mas depois a gente percebeu que não dava certo, que dava mais certo elas se colocarem para as tarefas. (informação verbal)

Também existem tarefas externas, como a rede de acolhimento, que consiste em uma rede de profissionais que não trabalham na casa, mas oferecem seus serviços em caso de necessidades extraordinárias por exemplo psicólogas, assistentes sociais, advogadas, entre outras profissionais. Há pessoas responsáveis especificamente por essa tarefa, a mulher responsável faz parte do Movimento Olga Benário e esteve presente desde os passos iniciais da criação da instituição. Outra tarefa existente, devido ao modelo de organização “ilegal” da casa de acolhimento, é a de negociação e busca por novos apoiadores a fim de garantir a permanência do espaço especialmente em períodos de reintegração. Neste sentido, a Entrevistada 15 (coordenadora) coloca que “acho que as tarefa mais urgente neste caso seria é de realmente conseguir mais apoiadores, ter mais movimentação na casa de ter mais atividades porque desde que mudou de endereço está mais esvaziada” (informação verbal). O homem trans que visita a casa todos os finais de semana, ressalta que divide as tarefas igualmente com todas as mulheres, pois entende seu papel no local e constrói a Ocupação desde sua criação.

Apesar de todas essas formas de organização terem surgido por demanda e algumas não serem permanentes, a busca pelo ideal é construída com muito diálogo, mesmo que muitas vezes a tomada de decisão ocorra individualmente com a coordenadora responsável do dia. É possível perceber nos discursos que há uma “tentação” por parte da coordenação, em aderir à um modelo mais autoritário, que

garanta controle; obrigando as mulheres a participarem dos cursos de formação; nas assembleias; cumprir com rigorosidade as regras de convivência e horários. Desta forma, percebe-se uma contradição entre a maneira como se pensa a gestão e a realidade do dia a dia, como observado pela Entrevistada 19 (coordenadora),

foi colocado essa regra e foi passado em Assembleia a gente tem uma dificuldade muito grande de conseguir implementar certas coisas com as acolhidas como que a gente pensa a teoria porque ela é mais fácil né. E como o intuito da casa não é só fazer a assistência mas também ajudar a emancipação acaba que a parte da emancipação fica prejudicada.(informação verbal)

Outro ponto relevante em relação a divisão das tarefas é que a organização dos cursos, oficinas, e atividades que não tenham aderência com a tarefas diárias são responsabilidade das coordenadoras, enquanto as acolhidas ficam com as com tudo que envolve o cotidiano interno (algumas mulheres não saem por questões de segurança). Essa situação pode causar alguns desconfortos como apontado pela Entrevistada 2, “a questão é que o pessoal que vem para isso(rodas de conversa, palestras, etc.) deixa as coisas sujas para acolhida e depois vão embora” e a Entrevistada 19 “às vezes a gente chama atenção para coisas que acontecem né e acaba dando briga, então elas querem ir embora enfim levando as coisas para o pessoal né é bem complicado” (informação verbal).

5.2.3 Financiamento

No que tange o sustento da instituição todas as entrevistas foram unânimes em informar que são baseadas somente em doações, de pessoa civil em sua grande maioria e de algumas instituições sindicais. Além de já ter recebido doações semanais de alimentação (frutas, verduras e legumes) de apoiadores, bem como doações de roupas e eletrodomésticos (máquina de lavar, etc.). Segundo o Entrevistado 18: “a

Mirabal sobrevive basicamente de doação Por enquanto ainda não tem nada que deu uma renda fixa com acaso não tem nenhum profissional contratado na casa as relações são todas voluntárias” (informação verbal). Com as roupas doadas e que não serviam para as mulheres acolhidas foi feito um brechó físico e virtual, e com a arrecadação do mesmo a casa mantinha suas compras diárias de pão, café, entre outras.

Durante toda existência da Ocupação Mulheres Mirabal buscou-se oferecer, com ajuda de apoiadoras, oficinas de geração de renda, com produção de pães, bolos, salgados, outros alimentos e materiais que são vendidos em eventos da própria casa. A Entrevistada 7, informa que “a gente tem grande dificuldade de fazer com que elas participem das atividades de oficina geração de renda”. As dificuldades com dinheiro são relatadas pela Entrevistada 9,

cumprimos hoje um papel de fortalecimento de atuação na política pública né é um movimento social ocupando esse espaço que o poder público não ocupa e não investe então obviamente nós temos diversas limitações por conta disso principalmente por não ter o orçamento investimento destinado para construção da casa (informação verbal).

Assim como algumas decisões, as tarefas de finanças da Casa buscam envolver as acolhidas, como no caso do brechó que é organizado pelas próprias acolhidas e o dinheiro retorna para instituição, como relatado pela Entrevistada 16:

Essas atividades de Finanças da casa sempre envolveram também as acolhidas Por que não é um espaço institucional e sim um lugar construído por um movimento social é um espaço de luta então elas também entram na manutenção da casa através das atividades de Finanças[...] tem um programa de Quitutes da Mirabal eu não faço parte mas eu sei que tenha comidas que fazem salgados doces para festas e eventos dos movimentos sociais e a contribuição não é um valor grande mas ajuda na casa são mulheres que sabem cozinhar muito bem devido o Saber Popular também estão participando de um edital de projeto para levantamento de fundos utilizamos também vaquinhas online sempre tiveram várias iniciativas de geração de renda algumas faziam uma unha Body piercing. (informação verbal)

As críticas feitas por parte de uma das ex-coordenadoras supõem que a forma

como gasta-se o dinheiro da casa não é bem planejada, além disso não existe nenhum relato sobre a participação das mulheres nas decisões que tratam dos custos da Casa. A Entrevistada 1 apresenta sua sugestão no que tange esse assunto,

Acho que a gente trabalha de forma assistencialista em relação ao dinheiro... devemos usar o dinheiro de forma mais responsável, através da produção de Finanças entendeu? Tipo oficinas que sejam de trabalho de finanças para pessoa, tipo ter que produzir algo, vender algo, para que elas tenham uma renda pessoal e não seja preciso pagar passagens pra elas por exemplo. (informação verbal)

No discurso da Entrevistada 22, percebe-se como a forma não participativa de gerir o dinheiro da Ocupação causa descontentamentos e questionamentos, além de ser nítida a forma como as mulheres abrigadas entendem a diferenciação entre elas e as coordenadoras.

Elas irão decidir que uma coisa pelo menos da Casas acolhidas teriam que comprar seja um gás ou produtos de higiene alguma coisa daí eu comentei com as meninas da casa e a gente acha que isso não é certo porque a gente não tem um salário agente não acha certo para sustentar a casa sendo que a gente veio para cá para ser acolhida não para sustentar a casa então a gente vai levar isso para Assembleia quando elas vierem. (informação verbal)

Neste sentido, a mesma entrevistada quando perguntada sobre a participação no espaço sugere que “a gente tratou uma vez com elas e nunca foi resolvido sobre a questão de debater o que tem (doações de comida) na casa e resolver junto com as acolhidas e normalmente elas(coordenadoras) falam e se tu reclama caiu o mundo.” Quando reivindica a participação do seu grupo a acolhida diz: “acho que é importante elas pegarem e começar a resolver as situações da casa com as acolhidas. Por que a gente fica 24 horas por dia aqui a gente passa por chuva para alagamento um monte de perrengue na casa [...]” e “chegar e resolver com a gente porque muitas vezes elas fazem coisas que para gente não é louco entendeu” (informação verbal).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita desta monografia foi possível perceber que não é fácil compreender integralmente o que é democracia, percebe-se que existem modelos ideais que seguem vertentes diversas e o funcionamento da mesma depende de cada um dos indivíduos envolvidos e principalmente de entendimento da questão que estiver apresentada. Considerando os modelos ideais, o que serve para a Ocupação Mulheres Mirabal é o contra-hegemônico, que tem expectativas de participação direta, ações educativas de como fazer e ferramentas que efetivem o modelo. Dentre as respostas das entrevistas que foram unânimes uma delas é a necessidade de realização de mais reuniões de estudo, de maneira atrativa para que as mulheres acolhidas tenham oportunidade de avanço de consciência. Seguindo da participação efetiva das mulheres nas assembleias e nos eventos gerais relacionados a feminismo que ocorrem na casa. O voluntarismo das pessoas que trabalham na casa nem sempre aparece casado com o comprometimento, causando muitas vezes esvaziamento da casa por parte das coordenadoras e sobrecarga daquelas que se comprometem.

Importante perceber que há um esforço do Movimento Olga Benário em fazer um trabalho diferenciado do modelo de organização hegemônico, entretanto a Mirabal está inserida numa estrutura social que determina as relações pessoais e a forma como as pessoas enxergam o espaço. Isso dificulta a aderência do modelo participativo, frustrando as expectativas das idealizadoras com a presença das acolhidas nos eventos ou na assembleia. Algumas sugerem criar obrigatoriedade já na primeira conversa de acolhimento, enquanto que as acolhidas reclamaram ao serem obrigadas eventualmente a participar de um evento ou outro. Mesmo com todas essas dificuldades de teoria e prática, muitos avanços puderam ser observados como por exemplo: a auto-organização das próprias vítimas para manter a casa quando não realizam assembleias; o envolvimento delas com as oficinas de geração de renda para

a casa (brechó); a criação de regras feitas nas assembleias com a sugestão de cada uma das mulheres; os momentos em que uma cuida do filho da outra quando é preciso; entre outras.

Algo curioso é que algumas acolhidas e ex-acolhidas se tornaram militantes do Movimento de Mulheres, tornaram-se coordenadoras, acolheram outras mulheres e se incluíram em outros grupos de reivindicação de direitos e lutas sociais (movimento estudantil, movimento por moradia, etc.). Essas situações são capazes de demonstrar que o caráter educativo da participação existe, e que o avanço da consciência acontece conforme fomentado. Ou seja, quando as mulheres entrevistadas dizem que a casa precisa de mais reuniões de estudo, que gostariam que as mulheres acolhidas participassem efetivamente dos eventos, elas certamente buscavam novas companheiras para o movimento a fim de auxiliar na emancipação da mulher.

O financiamento da casa exclusivo de doações faz com que os recursos sejam muito limitados causando desconforto para as vítimas, que muitas vezes podem se sentir lesadas por estar no espaço. Além disso, a falta de profissionais assalariadas dificulta o controle do espaço e o vínculo com as acolhidas, pois as mulheres revezam seu trabalho voluntário com a vida profissional, pessoal e acadêmica e muitas vezes abandonam esse compromisso por diversos motivos. A relação da Ocupação com o Estado é bastante sensível pelo fato de serem uma entidade irregular, portanto as tentativas de convênios com a Prefeitura por exemplo não estão visíveis para o curto prazo. A busca por editais e formação de cooperativas, como a de serigrafia e de trabalhos diversos, muitas vezes esbarra na falta de qualificação das integrantes do Movimento (em sua maioria estudantes e trabalhadoras) no que tange a gestão pública e social.

Diante dessas dificuldades a sugestão que poderia auxiliar movimentos sociais como este, com iniciativas tão significativas, seria a prestação de consultorias por parte de extensionistas ou empresas juniores do campo de pública e social. Desta forma, seria mais fácil para as mulheres gestoras da Mirabal compreender que parte

da participação política também deve ser técnica, conhecendo assim as formas de gestão participativas na área de finanças e assuntos complexos (como já é feito) aprimorando o atendimento. Como observação pessoal, a autora diz que: em que pese a Ocupação Mulheres Mirabal não tenha atingido o modelo ideal participativo, é inegável perceber que realizar um trabalho que deveria ser feito pelo poder público, com qualidade, não é uma tarefa fácil, e apesar de todas as dificuldades encontradas principalmente a falta de experiência das militantes a Casa já acolheu mais de duzentas mulheres e salvou a vida (literalmente) da maioria delas. Só por essa informação já deve-se perceber que essa instituição é tudo, exceto hegemônica.

E finalmente, para construir uma sociedade diferente; que tenha respeito pelo corpo da mulher; que valoriza profissionais do sexo feminino; que reconheça toda a forma de amor; que priorize a educação; que não conviva com agressões de crianças e adolescentes; e que supere a exploração econômica e social de todos os indivíduos é preciso começar; dar um pontapé inicial; ter coragem; como fizeram as Mulheres do Movimento Olga Benário. Só assim será possível mobilizar as forças necessárias para lutar contra o autoritarismo, conservadorismo e fascismo que todos os dias apresenta sua face na negação de políticas públicas que beneficiem as trabalhadoras

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres.** [Internet]. Disponível em: <[http://www. agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio)>
- ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã.** Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.
- BITTENCOURT, Vinícius Oliveira. **Desfile das Escolas de samba de Porto Alegre no Porto Seco: uma análise da (ausência de) participação da sociedade carnavalesca no processo de tomada de decisão.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. [Trabalho de conclusão de graduação]
- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BORÓN, Atílio. **A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 1930; Tradução: Maria Helena Kuhner – 2ª ed; Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher[...].** Brasília; 2006.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 7ª ed; São Paul: Cortez, 1997 (Biblioteca da educação. Série 6; Filosofia; v.2)
- COSTA, Thiago Cortez. **Representação Política Feminina Modelos Hierárquicos para análise dos Resultados Eleitorais de 2006.** Rio de Janeiro: ENCE, 2008.
- DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: USP, 2005.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política.** 1944; Tradução: Heci Regina – 1ª ed.

São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1884; Tradução: Nelio Schneider – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAGANELLO, Claudia Piccoli. **Análise da implementação do SISPARCI no Estado do Rio Grande do Sul**. 2015.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. São Paulo: Lua Nova, n. 17, p. 19-48, 1989. Em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451989000200003&lng=en&nrm=iso>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, Íris Pereira; MOREIRA, Ariane Fernanda dos Reis; MUNIZ, Frederico Oderich. **Uruguai, Paraguai e Argentina: uma análise constitucional dos mecanismos de participação cidadã**. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso ALAS 2015).

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. **Para uma ciência da Libertação da Mulher**. 1ª ed., São Paulo, 1982.

MENDONÇA, Renata. **Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar**. – São Paulo: BBC, 2015. Em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm>[artigo]

MOREIRA, Ariane Fernanda dos Reis; FAGANELLO, Claudia Piccoli. **Teorias de Participação Cidadã na Administração Pública**. Brasília, 2015. [apresentação de artigo I ENEPCP).

MOVIMENTO OLGA BENÁRIO. **Cartilha do Movimento Olga Benário**, 2010. Disponível em https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/cartilha_do_olga._2edi__o_a7c9ac6f94e7b4

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa Exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da**

saúde pública. Rev. Saúde Pública - São Paulo, v.29, n.4, p. 318-325, 1995. Em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101995000400010&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dermodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. **Introdução: para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SARTORI, G. **Democratic Theory**, Detroit, Wayne State University Press, 1962.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Ruy Jungmann. — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil – e outros ensaios**. São Paulo: Braziliense, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da democratização e democracia na Argentina Contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

VITULLO, Gabriel. **Teorias alternativas da democracia: uma análise comparada**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. [Dissertação de Mestrado]

UMEBINYUO, Ijeoma. **Questions for Ada**, Createspace Independent Publishing Platform, 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Latino Americanos – Cebela; 2015. Em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANEXO I

Identificação	Genêro (auto declarado)	Relação com o espaço (Casa de apoio Mirabal)	Período de participação (em meses)	Frequência (em vezes p/ semana)
Entrevistada 1	Feminino	Ex Coord/ e Apoio	18 meses	1x ou 2x
Entrevistada 2	Feminino	Ex Coord. / e Apoio	31 meses	1x
Entrevistada 3	Feminino	Ex Coord.	15 meses	0x
Entrevistada 4	Feminino	Coordenadora	31 meses	2x
Entrevistada 5	Feminino	Coordenadora	31 meses	2x ou 3x
Entrevistada 6	Feminino	Coordenadora	31 meses	3x
Entrevistada 7	Feminino	Coordenadora	31 meses	3x
Entrevistada 8	Feminino	Ex Coord. / e Apoio	30 meses	1x ou 2x
Entrevistada 9	Feminino	Ex Coord. / e Apoio	31 meses	2x
Entrevistada 10	Feminino	Ex Acolh. / e Apoio	19 meses	0x
Entrevistada 11	Feminino	Ex Coord / e Apoio	31 meses	1x ou 2x
Entrevistada 12	Feminino	Coordenadora	21 meses	2x ou 3x
Entrevistada 13	Feminino	Ex Acolhida	13 meses	0x
Entrevistada 14	Feminino	Ex Coord.	2 meses	0x
Entrevistada 15	Feminino	Ex Coord / e Apoio	31 meses	1x ou 2x
Entrevistada 16	Feminino	Ex Coord / e Apoio	31 meses	2x
Entrevistada 17	Feminino	Ex Coord / e Apoio	31 meses	1x a 2x
Entrevistada 18	Masculino	Ex Coord / e Apoio	31 meses	2x a 3x
Entrevistada 19	Feminino	Acolhida	2 meses	7x
Entrevistada 20	Feminino	Acolhida	3 meses	7x
Entrevistada 21	Feminino	Ex Acolh / Apoio	3 meses	7x
Entrevistada 22	Feminino	Acolhida	3 meses	7x

